

Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz



ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE  
JOAQUIM VENÂNCIO

Pedro Felipe da Silva Magalhães Pinto Nepomuceno de Abreu

DINÂMICAS SOCIOAMBIENTAIS DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO: UMA REFLEXÃO  
SOBRE O ESPAÇO URBANO CARIOCA

**Rio de Janeiro**

**2022**

Pedro Felipe da Silva Magalhães Pinto Nepomuceno de Abreu

DINÂMICAS SOCIOAMBIENTAIS DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO: UMA REFLEXÃO  
SOBRE O ESPAÇO URBANO CARIOCA

**Monografia apresentada à Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio – Fundação Oswaldo Cruz (EPSJV-Fiocruz) como requisito parcial para aprovação no Curso Técnico em Biotecnologia.**

**Orientador(a):** Sheila de Oliveira Hansen

**Rio de Janeiro**

**2022**

Pedro Felipe da Silva Magalhães Pinto Nepomuceno de Abreu

DINÂMICAS SOCIOAMBIENTAIS DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO: UMA REFLEXÃO  
SOBRE O ESPAÇO URBANO CARIOCA

Monografia apresentada como requisito parcial para  
aprovação no Curso Técnico em Biotecnologia.

Aprovado em 01/12/2022.

BANCA EXAMINADORA

Sheila de Oliveira Hansen  
[Orientadora]  
EPSJV/FIOCRUZ

Renata Rufino Amaro  
[Professora Convidada]  
EPSJV/FIOCRUZ

Marcos Vinícius Pedroza  
[Professor Convidado]  
EPSJV/FIOCRUZ

**Rio de Janeiro**

**2022**

## AGRADECIMENTOS

Separo esta parte da monografia para “referenciar” aqueles que não citei ao longo do trabalho, mas que foram fundamentais para que pudesse concluir esta pesquisa, não no que diz respeito ao conteúdo do material, mas no que se refere ao carinho, apoio e confiança que foram depositados em mim.

Não poderia começar a elaborar meus agradecimentos de outra forma se não falando de minha mãe. Sou infinitamente grato à Ana Gabriela, não apenas pelo fato de ter me dado à luz, e portanto, ser a responsável por permitir que hoje eu estivesse escrevendo este texto, mas por ter me dado apoio em minhas decisões, por ter me aconselhado, por ter me incentivado a buscar meus sonhos independentemente do tamanho, por ter chamado minha atenção quando necessário, por ter me abraçado quando precisei, por me fazer rir, chorar, refletir, sorrir... Foi, antes de tudo minha amiga, conselheira, e, no que diz respeito a esta monografia – e a todos os outros trabalhos acadêmicos que já realizei – minha primeira orientadora. Mãe, o tanto que preciso te agradecer não pode ser confinado nos limites destas palavras, mas espero, mesmo que só um pouquinho, transmitir a importância que você tem em minha vida. Se hoje sou quem sou, devo muito a você – você é indubitavelmente a mulher mais importante da minha vida.

Pai, não pense que esqueci de você... Luciano, a pessoa que me ensinou a ver a vida com leveza e tranquilidade, mostrou como nada é mais importante do que as relações que estabelecemos com as pessoas que amamos. Desejo um dia ter a mesma paz que você tem, a mesma delicadeza, o mesmo carinho. Você é alegria, abraço, calor, proteção. Toda vez que ouço "Leãozinho", lembro-me de você; talvez seja por que meu avô também cantava essa música para você; talvez seja por que eu me sinto aconchegado, tal como um leãozinho, quando estou ao seu lado.

Agradeço ainda ao meu irmão mais novo, Chiquinho, quem tanto esperei, quem tanto pedi e faz dos meus dias mais divertidos, doidos e engraçados. Mesmo quando me estresso cuidando dele, mesmo quando preciso parar tudo o que estou fazendo para dar atenção a ele, não sinto falta nem por um segundo dos dias que não o tinha ao meu lado.

Sou grato pelas amigas que fiz ao longo deste período em que estive na EPSJV e que me ajudaram a seguir este caminho longo e difícil. Destes amigos, quero lembrar de Taiza, Melissa e Ana Clara, que levarei para sempre comigo, seja na memória, seja nos encontros que

faremos no futuro. Não apenas as amizades que fiz na FIOCRUZ, sou grato também por aqueles que acompanham minha caminhada desde muito antes, amizades que superaram o tempo, e se mantém por laços de afeto e amor. Assim, não posso deixar de mencionar Carolina, Juliana, Luísa, Lopes e Lygia, com quem continuo compartilhando momentos maravilhosos.

Agradeço também por poder ter contado com uma orientadora incrível, com quem tive o prazer de realizar este trabalho, com quem discuti as ideias que foram percorridas ao longo desta monografia, com quem explorei a fundo a origem das cidades, seus significados e sujeitos, fazendo-me apaixonar, como nunca imaginei, pelo espaço urbano.

Não posso esquecer de falar dos professores que marcaram minha trajetória. Começo pela tia Walkiria – não é minha tia de sangue, mas minha primeira professora – a profissional que fez parte da minha alfabetização, e é, portanto, quem me viu dar os primeiros passos dentro do universo da leitura, sem a qual não poderia ter chegado aonde estou. Não há outra forma de se viver, entender o mundo, se não for pela leitura, e por isso, faço questão de deixar minha gratidão por mulheres como tia Walkiria e minha mãe, que assumiram a missão de educadoras como propósito de suas vidas – deixo aqui minha imensa gratidão a todos os pedagogos que nos ensinam a ler muito mais que livros, mas o próprio mundo em que vivemos.

Sou grato por minha professora de geografia, Renata, que me inspirou, ao longo de suas aulas, a escrever um trabalho sobre a cidade do Rio de Janeiro e pude contar para que compusesse a banca da minha defesa. Sou grato também pelo meu professor de filosofia, Pedroza, que também compôs a banca de minha defesa, com quem pude conhecer diferentes formas de redescobrir o mundo – percebi que não se trata de conhecer algo novo, trata-se de se deslumbrar com os pequenos detalhes que costuram nosso dia a dia.

Por fim, sou grato também a mim mesmo, por ter superado, com ajuda de todos que mencionei até aqui e muito outros, tudo que precisei enfrentar. Sou grato a mim mesmo, não por arrogância, mas por dar a mim mesmo o valor que finalmente sinto merecer e muitas vezes, por insegurança, neguei. Sou grato a mim, por enfim reconhecer que as vezes preciso me abrir, por reconhecer que não preciso carregar nenhum peso sozinho, por contar com as pessoas que amo para compartilhar alegria e esperança, mas também compartilhar meus medos e inseguranças.

Concluo meus agradecimentos dizendo que me sinto parte de um todo, que eu mesmo sou um todo, formado pelas histórias de muitos que passaram pela minha vida e fazem dela uma aventura única.

Tendo referenciado aqueles que, por mera questão de formalidade, não serão lembrados nas "Referências Bibliográficas", imagino que você, leitor, possa enfim se debruçar sobre esta monografia.

Obrigado!

*Não sou um pregador do apocalipse, o que tento é  
compartilhar a mensagem de um outro mundo  
possível.*

*(Ailton Krenak)*

## RESUMO

A transformação do olhar sobre o meio ambiente e sua conseqüente ressignificação ao longo dos séculos, afirmaram uma relação funcional entre o ser humano e a natureza, expressa na forma como a capital fluminense foi modelada. Esta maneira de se interpretar a natureza produziu um modo de ocupar o espaço nocivo ao meio ambiente. Assim, este trabalho pretende evidenciar a importância do planejamento urbano, acompanhado de políticas públicas, para o melhoramento da qualidade socioambiental da cidade carioca, apresentando, através de uma análise estrutural e organizacional desta capital, possibilidades de torná-la sustentável e adequada as demandas populacionais. Para atingir estes objetivos, buscar-se-á na observação física do espaço (através da utilização de mapas) e na revisão literária, os elementos históricos, políticos e econômicos que fundamentaram e caracterizam o modelo urbanístico carioca, relacionando o desenvolvimento do espaço urbano, com os impactos ambientais da atualidade.

**Palavras-Chave:** Rio de Janeiro; meio ambiente; capitalismo; centro e periferia; planejamento urbano.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

ILUSTRAÇÃO 1 – Limites da bacia e traçado atual do rio Carioca .....	35
ILUSTRAÇÃO 2 – Mapa conjectural da configuração original do rio Carioca .....	36
ILUSTRAÇÃO 3 – Capitanias hereditárias .....	37
ILUSTRAÇÃO 4 – Problemas ambientais urbanos e sua conectividade .....	40
ILUSTRAÇÃO 5 – Evolução do aterramento da Lagoa Rodrigo de Freitas .....	45
ILUSTRAÇÃO 6 – Morro do Castelo entre 1910 e 1922 .....	46
ILUSTRAÇÃO 7 – Local correspondente ao Morro do Castelo hoje .....	46
ILUSTRAÇÃO 8 – Aterros realizados em parte do Rio de Janeiro até 1997 .....	48
ILUSTRAÇÃO 9 – Litoral da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro em 1567 .....	49
ILUSTRAÇÃO 10 – Litoral da cidade do Rio de Janeiro em 2022 .....	50
ILUSTRAÇÃO 11 – Região correspondente ao Centro do Rio de Janeiro antes da urbanização .....	51
ILUSTRAÇÃO 12 – Centro do Rio de Janeiro em 2022 .....	51
ILUSTRAÇÃO 13 – Limites do bairro de Cordovil .....	55
ILUSTRAÇÃO 14 – Limites do bairro da Lagoa .....	55
ILUSTRAÇÃO 15 – Caminho de bicicleta da Lagoa até a estação de Copacabana/Cantagalo .....	56
ILUSTRAÇÃO 16 – Caminho de Bicicleta da Lagoa até a estação de Ipanema/Nossa Senhora da Paz .....	56
ILUSTRAÇÃO 17 – Caminho de Bicicleta da Lagoa até a estação do Leblon/Jardim de Alah .....	57

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>2. OBJETIVOS .....</b>	<b>15</b>
2.1. OBJETIVO GERAL .....	15
2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS .....	15
<b>3. METODOLOGIA .....</b>	<b>16</b>
<b>4. CAPÍTULO 1: CONCEITOS FUNDAMENTAIS .....</b>	<b>18</b>
4.1. MEIO AMBIENTE .....	18
4.2. CAPITALISMO E COLONIALISMO .....	25
4.3. A CIDADE E O CAPITAL .....	29
<b>5. CAPÍTULO 2: EVOLUÇÃO DO ESPAÇO URBANO CARIOCA .....</b>	<b>33</b>
5.1. OCUPAÇÃO, ORIGEM E DESENVOLVIMENTO DA CIDADE CARIOCA .....	33
<b>6. CAPÍTULO 3: O ESPAÇO URBANO CARIOCA NA CONTEMPORANEIDADE .....</b>	<b>52</b>
6.1. CORDOVIL E LAGOA .....	52
<b>7. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>58</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>61</b>

## 1. INTRODUÇÃO

As concepções sobre o meio ambiente oscilam ao longo da história, significando de maneiras distintas de acordo com a cultura e as ideias de um grupo social hegemônico, o qual pode expandir sua influência em escala regional ou global (MENDONÇA, 2019).

Enquanto a humanidade percebe a natureza como um elemento componente de uma cosmologia religiosa, espiritual, há o estabelecimento relativo de um equilíbrio entre as transformações produzidas no espaço pelo ser humano e o meio ambiente em que está inserido. Contudo, o surgimento de movimentos culturais e intelectuais foram substituindo o caráter contemplativo da natureza por um funcional, transferindo-a do universo sagrado para o racional (MENDONÇA, 2019).

Dentre estes processos, é importante destacar os eventos que ocorreram entre os séculos XIV-XVIII, especificamente o Renascimento, o Colonialismo e a Revolução Científica europeias, representantes do início e afirmação da Idade Moderna. Estes eventos foram respectivamente responsáveis por: gerar cisão entre a razão e a religiosidade; aplicar a perspectiva funcional/extrativista sobre o meio ambiente e os indivíduos que o compunham (entende-se a vida e a natureza enquanto corpos úteis – objetos); estudar profundamente o mundo natural, o qual é afirmado enquanto objeto de análise da ciência, permitindo uma expansão do utilitarismo (fruto do colonialismo) por este novo sujeito – a ciência moderna do homem europeu. Este período histórico iniciou o distanciamento ideológico entre a humanidade ocidental e as demais humanidades, entre a humanidade ocidental e a natureza, alienando gradativamente o meio ambiente do cotidiano humano – o ser humano não está mais inserido no meio ambiente – reduzindo-o apenas a um meio de extração, desconsiderando a relação ecológica entre o ser humano e a natureza (MENDONÇA, 2019).

Para validar o regime escravocrata, utilizado no colonialismo como força motriz de trabalho, foi criada uma narrativa de incisiva desumanização do ser-humano que não fosse nem europeu, nem cristão, legitimando a objetificação dos povos indígenas americanos e dos povos africanos, reinterpretados como mercadoria. Embora o renascimento, anterior e contemporâneo do colonialismo moderno, buscasse a separação entre o racional e o religioso, a cultura cristã-europeia continuou lapidando o modo destas produzirem ciência (“pseudociência”) e impor seu poder político-ideológico a outras nações (CAVALCANTI 2015; MENDONÇA, 2019) –

propunha-se a reconstrução de um mundo liderado por aqueles que são fruto de obra divina, o homem europeu (“própria imagem e semelhança de Deus”).

Tratando da relação entre a escravidão e o colonialismo, enfaticamente no contexto luso-brasileiro, afirma-se:

A comercialização dos pretos africanos para o trabalho escravo foi legitimada pela Igreja Católica, dominante na Europa, através das “bulas do papa Nicolau V (6.1.1456); Calixto III (3 de março de 1455); Xisto IV (21 de junho de 1481) e Leão X (3 de novembro de 1514)”. (SANTOS, 1938 apud CAVALCANTI, 2015, p. 185-186)

[...] a Monarquia portuguesa, tradicionalmente vinculada à religião católica, entendia que exercia seu dever civilizatório e cristão retirando os pretos escravos da barbárie em que viviam na África, pois tornava-os cristãos e civilizados segundo os valores da Europa ocidental.

[...] Calcados nesse discurso oficial, os senhores de escravos, seja os de grande plantel, seja os de apenas um único escravo, sentiam-se moralmente convencidos de que tinham direito a possuir pessoas cativas. (CAVALCANTI, 20015, p. 185-186)

É importante frisar que este distanciamento entre a humanidade e a natureza é produzido como efeito de um longo processo de expropriações, expresso em uma separação violenta do ser-humano dos seus meios de produção, que permitiu atribuir à natureza (os recursos que a compõe), às terras e ao próprio ser-humano, valores de uso e de troca, de modo a torná-los mercadorias necessárias para afirmação do sistema capitalista. Neste contexto, percebe-se a centralidade da mercadoria dentro do capitalismo, responsável por proporcionar a geração de valores, assegurando a circulação e acúmulo de capitais (MARX, 1996).

Portanto, o afastamento apontado por Mendonça (2019) é consolidado em 1760, na Inglaterra, com a 1ª Revolução Industrial, a qual define os espaços do ser humano (restringido aos crescentes centros urbanos) e os espaços naturais (limitados a zonas de produção campestre e extração). Incorpora-se também o modo de produção capitalista, sistema econômico fulcral para compreender os desequilíbrios ambientais da atualidade, uma vez que institui um objetivo de acúmulo infinito de capitais, dependente de recursos finitos (a natureza), produzindo ocupações urbanas cada vez mais concentradas – necessárias para alimentação dos meios de produção industriais – que se expandem independentes dos impactos que causam ao meio ambiente (BRESCIANI, 1992; MENDONÇA, 2019).

A formatação socioeconômica supracitada é reproduzida no restante do mundo pelas potências globais como efeito direto do colonialismo. Diferentemente dos países do norte ocidental, contudo, os países colonizados, frutos de um histórico processo de desvalorização humana e ambiental, continuam sendo livremente explorados – são espaços onde a natureza e os

seus habitantes podem continuar sendo interpretados como o “outro/objeto”. Esta exploração de matérias-primas e indivíduos é assegurada graças a um modelo econômico fundamentado na exportação de *comodities*, característico das colônias, que até hoje, submete estes países subalternizados a uma constante relação de dependência econômica aos países centrais – processo eufemisticamente denominado de divisão internacional do trabalho. Como consequência, os chamados países periféricos se tornam importantes mercados consumidores, permitindo o escoamento dos produtos gerados no Norte – produzidos a partir dos recursos que estes exportaram primeiramente (GALEANO, 2012).

Particularmente, no caso da América Latina, viveu-se um processo denominado “industrialização tardia”: conforme os avanços tecnológicos foram propiciando, nos séculos seguintes, a reinauguração da revolução industrial nos países do norte – 2ª Revolução Industrial, 3ª Revolução Industrial – os países latino-americanos mantiveram-se como exportadores de recursos naturais e importadores de artigos industrializados – sem possuir quaisquer indústrias, estavam inteiramente dependentes da indústria estrangeira. Tais características mantiveram-se nos países da América Latina, até que, em meados do século XX, tivessem a oportunidade de erguerem seus próprios parques industriais, no período pós 2ª Guerra Mundial, quando o enfraquecimento da indústria europeia “autorizou” a construção de indústrias em território latino-americano – posto que estava arruinada pelo conflito recente, os países latinos “receberam a permissão” de se industrializar, sendo a única forma da Europa manter, durante sua reconstrução, o acesso a recursos industrializados (GALEANO, 2012).

Como descrito anteriormente, este processo de industrialização se deu de forma tardia, logo, enquanto alguns países do norte já haviam atravessado o apogeu de sua 2ª Revolução Industrial, a América Latina iniciaria sua industrialização, a qual viria a ser acelerada, buscando se adequar rapidamente ao arquétipo industrial do norte global. A aceleração, por conseguinte, gerou também uma célere urbanização, levando a formação de meios urbanos condensados e desiguais. Aqui, é crucial frisar que o desenho urbanístico destes espaços sempre priorizou atender a necessidade da burguesia latino-americana de se equiparar ao desenvolvimento do sistema capitalista central, desconsiderando outros estratos desta mesma população que compõe as cidades, isto é, a classe trabalhadora (GALEANO, 2012).

O meio urbano é então estabelecido sobre uma relação espacial dicotômica: o **centro**, estabelecido em terrenos valorizados por concentrar instituições, atraindo investimentos em

serviços públicos, oferecendo meios à população presente nestes locais de manterem suas vidas com qualidade; a **periferia**, terrenos desvalorizados pela ausência total ou parcial de políticas e serviços públicos, distanciando, isolando aqueles que precisam manter seu ofício no centro (a classe trabalhadora), em espaços onde as condições socioambientais são insuficientes para o desenvolvimento de uma vida com qualidade (OPERA MUNDI, 2022).

Para compreender o processo de ocupação da periferia pela classe trabalhadora, é indispensável abordar a diferença de valores do conjunto edificado da cidade em seus diferentes territórios. Por reunir os terrenos mais valorizados, o preço imobiliário das residências, imóveis que compõe o centro é expressivo, impedindo que a classe trabalhadora (possuidora de baixo poder aquisitivo) ocupe a região – são nestes os espaços, contudo, onde estão condensadas as oportunidades de emprego. Assim, incapaz de custear uma moradia próxima ao trabalho, este estrato populacional passa a ocupar as áreas periféricas da cidade, distantes do centro, mas onde os terrenos são suficientemente desvalorizados para que os imóveis possuam um preço minimamente acessível (OPERA MUNDI, 2022).

Diante destas problemáticas, o presente trabalho busca apontar como as desigualdades sociais existentes na cidade do Rio de Janeiro, desde o início de sua fundação, vêm se reproduzindo em um modo de ocupar o território nocivo à qualidade ambiental local. Revela-se, desta forma, a necessidade de se direcionar o uso do planejamento urbano, acompanhado de profundas reflexões sobre as dinâmicas sociais pertinentes a este espaço, para uma relação de sujeito (aquele que planeja) e objeto (para quem planeja / por que planeja) que abranja as necessidades de **todos os integrantes da população urbana** (DUARTE, 2009).

Por planejamento urbano, entende-se: um estudo que busca avaliar as problemáticas pertinentes as cidades e as formas de solucioná-las, ou seja, uma área do conhecimento que, ao realizar o diagnóstico da cidade, trabalha em meios de se conciliar o ideário de um espaço urbano melhor com a realidade social; um instrumento do poder público, utilizado para (re)desenhar a cidade de acordo com as manifestações dos grupos sociais que a compõe (DUARTE, 2009; FERREIRA org., 2019).

É importante destacar, que o sujeito assinalado não representa exclusivamente o profissional que planeja o espaço urbano, mas o resultado da disputa entre as distintas classes sociais e grupos políticos que pressionam o poder público a agir em consonância com seus interesses próprios. Objetivamente, quem está encarregado de organizar, administrar a cidade, é o

governo municipal, contudo, sua ação deve decorrer dos interesses públicos, das carências da realidade socioespacial urbana, conforme é evidenciado no Estatuto da Cidade:

**Art. 182.** A política de desenvolvimento urbano, executada pelo poder público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes. (p.10)

**Art. 2º** A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais:  
 I – garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura [sic] urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações;  
 II – gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano [...]. (Lei nº 10.257 de 10 de Julho de 2001, p. 15)

A partir disso, propõe-se ampliar os integrantes deste “sujeito” planejador, findando um processo participativo, em que sejam abarcados os interesses de distintas camadas sociais, de modo que o espaço urbano seja estruturado por todos e para todos. Ou seja, repensar o espaço urbano carioca de forma a descentralizar a oferta de serviços públicos, levando boas condições de vida tanto a elite, quanto a classe trabalhadora, garantindo que estas mudanças incluam, também, um olhar sobre os impactos das atividades urbanísticas no meio ambiente – por meio ambiente, inclui-se além da ideia de natureza, a qualidade do espaço urbano.

Desta forma, compreendendo como a expressão do sistema capitalista influenciou o modelo urbanístico da cidade do Rio de Janeiro, importante capital de um país que foi colonizado, tentar-se-á responder à dúvida: é possível repensar este espaço para equilibrar as necessidades socioeconômicas do meio urbano com as transformações que este causa no meio ambiente?

Esta monografia, então, se prova relevante à medida que se propõe a indicar possibilidades de descentralização de recursos públicos e investimentos em políticas ambientais, permitindo a construção de uma cidade sustentável: benéfica à população que a habita, por poder usufruir de um espaço salubre, que atenda suas necessidades e benéfica para o meio ambiente, que sofre menos com os impactos produzidos pelo meio urbano.

## **2. OBJETIVOS**

### **2.1. OBJETIVO GERAL**

Analisar a organização e estrutura da cidade do Rio de Janeiro com intuito de identificar seus problemas socioambientais, apresentando, em seguida, a importância do direcionamento do planejamento urbano e de políticas públicas, para projeção de um meio urbano onde a dinâmica espacial esteja em sintonia com as necessidades populacionais e ambientais do local em que se insere.

### **2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- 1) Compreender os dilemas existentes entre a sociedade capitalista e a defesa do meio ambiente;
- 2) Identificar as problemáticas socioambientais da cidade do Rio de Janeiro, evidenciando como o modo de ocupar os diferentes territórios da cidade afetam o meio ambiente;
- 3) Compreender a relação conflitante entre o centro e periferia cariocas;
- 4) Apontar o planejamento urbano como instrumento privilegiado para projeção de uma cidade autossustentável.

### 3. METODOLOGIA

Com intuito de fazer uma análise das dinâmicas socioambientais do espaço urbano carioca, esta monografia será baseada em um método qualitativo, buscando na revisão literária, informações que elucidem os contextos sociais que atravessam a organização da cidade do Rio de Janeiro.

Para realizar a análise proposta, o primeiro capítulo da monografia introduzirá uma discussão filosófica sobre a conflituosidade existente entre a defesa do meio ambiente e a permanência do sistema capitalista. A partir da conceituação desta dualidade, será feita, no segundo capítulo, uma observação da mudança da cidade do Rio de Janeiro ao longo da história – desde sua fundação até o século XX – apresentando como o capitalismo modelou a cidade e o modo de ocupar seu espaço, alterando o ecossistema do território.

Esta observação será executada de duas maneiras distintas: utilização de mapas, com o objetivo de retratar o desenvolvimento e as mudanças feitas na cidade do Rio de Janeiro através do tempo; utilização da ferramenta Google Maps, com intuito de visualizar a realidade material atual da cidade, possibilitando uma comparação concreta entre seus diferentes territórios.

Essa leitura estrutural e organizacional da cidade, permitirá a identificação de suas áreas centrais e periféricas. Assim, pretende-se tratar da centralização de recursos e serviços públicos oferecidos no meio urbano carioca, de modo a evidenciar como esta distribuição desigual estimula a exclusão (segregação) social e um processo de ocupação nocivo ao meio ambiente, impedindo a promoção de uma cidade com qualidade socioambiental.

No terceiro capítulo, pretende-se analisar esta qualidade especificamente nos bairros de Cordovil e da Lagoa, de acordo com os seguintes critérios, mais facilmente observáveis: oferta de áreas verdes (praças, jardins, parques, etc.) e oferta de diferentes modais de transporte, disponíveis para a população de cada local analisado.

Neste contexto, o planejamento urbano será destacado como um dos possíveis instrumentos para organização do espaço, findando tornar a cidade sustentável e adequada às demandas de sua população, na totalidade. Embora este seja um instrumento limitado, visto que necessita da participação conjunta com outras ferramentas públicas, será o meio no qual este trabalho irá se debruçar para indicar possibilidades de melhoramento da cidade do Rio de Janeiro.

Para realizar esta pesquisa foram selecionados os seguintes textos: o artigo, “A RESSIGNIFICAÇÃO DO MEIO AMBIENTE: Um Relato Sobre o Curso de Extensão “Meio Ambiente e Geopolítica do Desenvolvimento Sustentável” e os livros “Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza”, “As veias abertas da América Latina”, “O que é Cidade”, “Evolução Urbana” e “O Rio de Janeiro Setecentista: A vida e a construção da cidade da invasão francesa a até a chegada da Corte.”

## 4. CAPÍTULO 1: CONCEITOS FUNDAMENTAIS

Primeiramente, discutir o embate entre meio ambiente e capitalismo exige uma mínima compreensão de seus significados, permitindo assim, uma discussão sobre sua conflituosidade. Para tanto, serão abordados os fundamentos teóricos dos termos citados, possibilitando elucidar como se constituiu um imaginário em que o ser humano está distante do meio ambiente. Em outras palavras, este capítulo tentará explicar, como o capitalismo nos distancia gradativamente do meio ambiente e quais são as consequências desta separação.

Como Ailton Krenak (2019) aponta, foi criada uma ideia de humanidade que justificou ao longo da história o domínio e espoliação da terra e seus povos. Há um querer incessante de ser esta humanidade ideal, que é antes de tudo, exploradora – autoproclamou-se como diferente da natureza para assim possuí-la. Aqueles, todavia, que não se identificavam/identificam com este modo de ser, foram nomeados sub-humanidade (“obscurecida”), podendo, pois, ser tão abusada quanto a natureza.

[...] Enquanto isso [...] fomos nos alienando desse organismo de que somos parte, a Terra, e passamos a pensar que ele é uma coisa e nós, outra: a Terra e a humanidade.

[...] A ideia de nós, os humanos, nos descolamos da terra, vivendo numa abstração civilizatória, é absurda. Ela suprime a diversidade, nega a pluralidade das formas de vida, de existência e de hábitos.

[...] Precisamos ser críticos a essa ideia plasmada de humanidade homogênea na qual há muito tempo o consumo tomou o lugar daquilo que antes era cidadania. José Mujica [ex-presidente do Uruguai] disse que transformamos as pessoas em consumidores, e não em cidadãos. E nossas crianças, desde a mais tenra idade, são ensinadas a serem clientes. (KRENAK, 2019, p. 9 -10, 12)

### 4.1. MEIO AMBIENTE

O entendimento sobre o meio ambiente se apresenta enquanto um conceito maleável, havendo profundos debates acerca da expressão. Conforme a questão ambiental tem se tornado iminente e o uso dos recursos naturais mais intenso, novos valores vêm sendo agregados ao termo.

A própria “questão ambiental”, é uma forma específica de designar todo resultado do relacionamento entre a sociedade com o meio ambiente, englobando, assim, quaisquer ações antropomórficas que moldam o espaço que envolve o ser humano: este afeta a si próprio enquanto um organismo que depende do meio ambiente para sobreviver, mas, paradoxalmente, o

destrói para se “desenvolver” – entende-se “desenvolvimento” por uma ótica capitalista, portanto, tudo aquilo que gera capitais e permite sua circulação.

A questão ambiental, neste sentido, define, justamente, o conjunto de contradições resultantes das interações internas ao sistema social e deste com o meio envolvente. São situações marcadas pelo conflito, esgotamento e destrutividade que se expressam nos limites materiais ao crescimento econômico exponencial; na expansão urbana e demográfica; na tendência ao esgotamento de recursos naturais e energéticos não-renováveis; no crescimento acentuado das desigualdades sócio-econômicas [sic] intra e internacionais, que alimentam e tornam crônicos os processos de exclusão social; no avanço do desemprego estrutural; na perda da biodiversidade e na contaminação crescente dos ecossistemas terrestres, entre outros. São todas realidades que comprometem a qualidade da vida humana em particular e ameaçam a continuidade da vida global do planeta. (LIMA, 1999, p. 135)

Um marco histórico que reconheceu a questão ambiental enquanto um problema coletivo e alarmante, foi Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento e Meio Ambiente Humano, realizada no ano de 1972, em Estocolmo, na Suécia, onde se estabeleceu um consenso internacional sobre o significado da expressão: “O meio ambiente é o conjunto de componentes físicos, químicos, biológicos e sociais capazes de causar efeitos diretos ou indiretos, em um prazo curto ou longo, sobre os seres vivos e as atividades humanas” (SIGNIFICADOS, 2017 apud GÜNZEL, GULLICH 2018, p. 127).

Embora simples, esta significação de meio ambiente possui sua importância ao representar a primeira tentativa entre governanças mundiais de descrevê-lo, proporcionando a abertura de um debate multilateral que objetivou a criação de meios para conservar o meio ambiente. Além disso, o destaque para os “componentes sociais”, torna o debate, até então, muito centrado na ideia de natureza, mais abrangente, indicando que aspectos políticos e econômicos (sociais) são características determinantes do meio ambiente.

Vale salientar, que a conferência foi realizada em um contexto de forte bipolarização política-ideológica, por isso não participaram deste evento a União Soviética e os países do leste europeu – o próprio Estados Unidos, embora fosse um dos principais representantes da ONU (Organização das Nações Unidas), não esteve muito presente na conferência, uma vez que a imagem do país estava prejudicada por conta da Guerra do Vietnã. No entanto, o evento contou com a participação de líderes de 113 Estados, demonstrando uma grande comoção global em relação a temática da conferência. (GURSK, GONZAGA e TENDOLINI, 2012).

Simbolicamente, o meio ambiente se demonstrou alvo de maiores preocupações do que a própria Guerra Fria, além do mais, os países periféricos (maioria na conferência) são os mais

afetados pela degradação ambiental – ironicamente, os menos responsáveis. Segundo dados da ONG (Organização não Governamental) OXFAM<sup>1</sup>, disponibilizados no III Seminário do IX Congresso Interno da Fiocruz, 10% da população mundial mais rica é responsável por 49% das emissões gás carbônico, enquanto 50% da população mais pobre é responsável por apenas 10% das emissões. (GURSK, GONZAGA e TENDOLINI, 2012; VIDEOSAÚDE..., 2021).

Esse olhar mais atento para o meio ambiente se deu, também, por conta de outros fatores, como: o modelo produtivo e extrativista hegemônico no globo, que desconsiderou o uso desmedido de recursos naturais; a destruição progressiva de coberturas naturais para obtenção de matérias primas; o crescimento acelerado da população humana acompanhado de uma maior demanda por abastecimento de água e comida (PASSOS, 2009). De outro modo, pode-se afirmar que a urgência em se refletir, discutir o meio ambiente, estava intimamente atrelada à produção industrial e ao suprimento das crescentes ocupações urbanas, ambos os objetivos ligados à obtenção de recursos cada vez mais escassos/difíceis de produzir (e por isso muito caros) – consequências diretas de uma política negligente em relação a preservação dos espaços naturais.

Por escassez de recursos é indispensável abordar sobre a finitude do petróleo, principalmente, quando se trata de um componente substancial da matriz energética mundial – os derivados deste recurso representam 42,3% do consumo de todas as fontes de energia utilizadas no globo. Embora a chamada Crise do Petróleo tenha se iniciado em 1973 – evento posterior à Conferência de Estocolmo, logo, não pode ser entendido como uma de suas causa – foi razão suficiente para manter aquecidas as discussões ambientais, estimulando futuros debates internacionais sobre a busca por novas matrizes energéticas, entendendo que não se tratava apenas da preservação dos espaços naturais, mas de uma forma de garantir o arquétipo industrial estabelecido e o funcionamento geral das cidades – tornava-se cada vez mais nítido que o modelo econômico capitalista era (é) insustentável (BARROS, 2007).

Ademais, analisando a geopolítica deste período, é importante lembrar que as tensões existentes no Oriente Médio foram provenientes também das práticas imperialistas estadunidenses, que buscavam garantir acesso ao petróleo da região através do suporte à

---

<sup>1</sup> Oxfam International foi formada em 1995 por um grupo de organizações não-governamentais independentes. Elas se uniram como uma confederação para maximizar a eficiência e alcançar um maior impacto para reduzir a pobreza global e injustiça

[...] Hoje, estamos trabalhando em cerca de 70 países, com milhares de parcerias, aliados e comunidades para salvar e proteger vidas em condições emergenciais, ajudar pessoa a reconstruir seus meios de subsistência e lutar por mudanças genuínas, duradouras, mantendo os direitos das mulheres no centro de tudo o que fazemos. (OXFAM INTERNATIONAL, 2022 c, tradução nossa)

consolidação – indiretamente, expansão – do Estado de Israel na Península Arábica. Não coincidentemente, 1973 foi o ano da Guerra do Yom Kippur, uma tentativa dos países árabes retomarem os territórios perdidos na Guerra dos Seis Dias para o recém-fundado Estado israelense – o resultado, contudo, foi somente mais derrota para o lado árabe (MARINHO, 2010).

Em resposta, os países integrantes da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo), cuja maioria dos integrantes são nações árabes, pararam de exportar petróleo para os países aliados a Israel ou aos Estados Unidos – considerando os dados anteriormente indicados e que 67,7% das reservas de óleo conhecidas estão localizadas no Oriente Médio, é notável porque este evento desencadeou uma crise global. Neste contexto, percebeu-se a enorme dependência mundial do petróleo, acirrando as discussões sobre o esgotamento dos recursos não renováveis (MARINHO, 2010; PINHO, OLIVEIRA, 1973).

Somado ao estado de apreensão geral, em que a possibilidade de uma crise socioeconômica causada pela degradação ambiental se torna mais concreta, Le Prestre (2005) destaca ainda quatro elementos, complementares aos mencionados por Passos (2009), que pressionaram os representantes estatais do período a constituírem a Conferência de Estocolmo:

- a) o aumento da cooperação científica nos anos 60, da qual decorreram inúmeras preocupações, como as mudanças climáticas e os problemas da quantidade e da qualidade das águas disponíveis;
- b) o aumento da publicidade dos problemas ambientais, causado especialmente pela ocorrência de certas catástrofes, eis que seus efeitos foram visíveis [...];
- c) o crescimento econômico acelerado, gerador de uma profunda transformação das sociedades e de seus modos de vida [o que implica no aumento do consumo] [...];
- d) inúmeros outros problemas, identificados no fim dos anos 1960 por cientistas e pelo governo sueco, considerados de maior importância, afinal, não podiam ser resolvidos de outra forma que não a cooperação internacional. São exemplos destes problemas as chuvas ácidas, a poluição do Mar Báltico, a acumulação de metais pesados e de pesticidas que impregnavam peixes e aves. (LE PRESTRE, 2005 apud GURSK, GONZAGA e TENDOLINI, 2012, p. 69-70)

Ainda dentro do contexto de Estocolmo, é importante dar ênfase à participação do Brasil no evento. Enquanto um país em desenvolvimento (no auge da sua industrialização), foi terminantemente contrário à proposta trazida sobre desacelerar o desenvolvimento industrial, alegando que ficaria em uma posição de desvantagem em relação aos países desenvolvidos do

Norte, aumentando a dependência Sul-Norte. Embora o Brasil tenha apresentado uma argumentação pertinente, que retoma o atrito entre a preservação do meio ambiente e o desenvolvimento capitalista, não se pode desconsiderar que o país atravessava uma ditadura militar (1964 - 1985), que desvalorizava as pautas ambientais, entendidas como inferiores. A conferência, assim, dividiu-se em dois polos: os *desenvolvimentistas*, a favor do crescimento econômico impulsionado pela industrialização; os *zeristas*, que defendiam o “desenvolvimento zero”, permitindo que o meio ambiente se recuperasse naturalmente (GURSK, GONZAGA e TENDOLINI, 2012).

O supramencionado apresenta uma intrínseca contradição: para permitir que o meio ambiente se recupere naturalmente, é preciso desacelerar o desenvolvimento, contudo, reduzir a produção implicaria, necessariamente, em não gerar mercadorias, o que resultaria em uma crise para os países em desenvolvimento. A mais, os países ditos *zeristas*, dependem das matérias primas obtidas em países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento. Portanto, para este grupo, reduzir a produção significaria apenas diminuir a quantidade de industrializados produzidos e exportados, mas continuaria implicando na extração extensiva (degradação ambiental) de recursos naturais no Sul global, o qual estaria submetido a importação dos produtos do Norte, evocando uma relação colonial de exportação e de consumo (GALEANO, 2012; MARX, 2011).

Como efeito das discussões da Conferência de Estocolmo, e a decadência da ditadura militar no Brasil, a pauta ambiental pode florescer nos espaços acadêmicos nacionais, tornando-a, enfim, reconhecida pela legislação. Segundo o art. 3º, I, da Lei Federal 6.938/1981 (Lei da Política Nacional do Meio Ambiente), entende-se o meio ambiente enquanto “o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas”.

Percebe-se, deste modo, o meio ambiente por uma ótica ampla, que não se limita apenas aos recursos materiais necessários a reprodução existencial da vida, abrangendo os caracteres político e relacional – interespécies e entre os próprios seres humanos enquanto constituintes de uma sociedade – que influenciam o mantimento de quaisquer vidas presentes em determinado espaço. É portanto, todo coletivo de elementos que implicam na gênese, manutenção e continuidade da vida.

A Conferência de Estocolmo, a Crise do Petróleo e a Lei Federal 6.938/1981, garantiram a ebulição das discussões sobre o meio ambiente no Brasil e no mundo, reunindo condições

ideais para renovação do debate nas décadas seguintes. Diante deste cenário, ocorreram novas conferências internacionais para discutir o tema, sendo a primeira desta nova série de reuniões a Rio-92 – também conhecida como Eco-92 – cuja importância se deu não apenas em reforçar os pactos estabelecidos em Estocolmo, mas em garantir a introdução da questão ambiental na agenda pública<sup>2</sup> de diversos países ao redor do globo – processo importante para desromantizar o movimento ambientalista, definindo-o enquanto um problema objetivo da sociedade civil contemporânea.

A Rio-92 ficou marcada por sua grande dimensão midiática; contou com a participação de mais de 170 Estados, os quais se comprometeram a seguir a Agenda 21, documento produzido na conferência que buscou estipular como meta uma série de políticas embasadas pelo compromisso com a questão ambiental. Estas enfatizavam alguns pontos críticos, como: o padrão de consumo global, o desenvolvimento de novas tecnologias que assegurassem a capacidade dos países de realizar sua gestão ambiental, e a proteção dos recursos naturais.

A mais, a Eco-92 cumpriu papel representativo fundamental. Sediada no Rio de Janeiro pela ONU, no ano de 1992 (após o fim da ditadura militar), permitiu ao Brasil uma postura diferente da adotada na Conferência de Estocolmo. Ao invés de se posicionar contrário às políticas de preservação ao meio ambiente, ampliou o debate socioeconômico pertinente a questão ambiental, trazendo reflexões a respeito do paradoxo entre o desenvolvimento e a redução dos impactos ambientais.

Um dos principais pontos abordados neste evento, foi a incompatibilidade do modelo produtivo e de consumo – especialmente dos países centrais – com a projeção de uma sociedade sustentável (capaz de conciliar os recursos naturais disponíveis, com as demandas de sua população, sem prejudicar a manutenção da vida futura). Diferentemente da proposta *zerista* trazida em 1972, buscou-se discutir formas de atingir o desenvolvimento sustentável, compreendendo que “se todos os países buscassem o mesmo padrão de desenvolvimento dos países ricos (e tidos como desenvolvidos) não haveria recursos naturais para todos sem que ocorressem graves e irreversíveis danos ao meio ambiente.” (IGNACIO, 2020). Assim, a Rio-92

---

<sup>2</sup> As agendas são o conjunto de discussões políticas que apontam e definem determinado problema que afeta o Estado e/ou sua população. É uma forma de identificar as questões que perpassam determinada sociedade, permitindo a criação posterior de políticas públicas, que estabelecem meios de lidar com as questões apresentadas. “De forma geral, podemos afirmar que atualmente o termo agenda refere-se a uma “coleção de problemas, entendimentos sobre causas, símbolos, soluções e outros elementos de problemas públicos que chamam a atenção do público e de funcionários públicos”. (BIRKLAND, 2005 apud CAPELLA, 2018, p. 30)

manifestou sua centralidade ao destrinchar o papel significativo das relações sociais na manutenção do meio ambiente, indicando que os padrões de desenvolvimento insustentáveis são de responsabilidade coletiva, necessitando da cooperação internacional para serem contornados.

Outras conferências internacionais da ONU sucederam a Eco-92: a Rio+ 10, ocorrida em 2002 na África do Sul, em que os problemas relacionados ao saneamento básico, acesso a água potável e a violência social foram agregadas às discussões ambientais; a Rio+ 20, realizada novamente no Brasil, em que se deu destaque a temas como a erradicação da pobreza e o desenvolvimento sustentável (IGNACIO, 2020).

Paralelamente a estes eventos, acordos visando mitigar as mudanças climáticas causadas pela ação humana foram firmados nas chamadas Conferências das Partes (Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas). Dentre estas, destacam-se: o Protocolo de Kyoto (Japão, 1997), primeiro acordo a abordar a emissão de gases do efeito estufa (GEE), propondo metas para redução de sua liberação; o Acordo de Paris (França, 2015), que além de ratificar os termos acordados em 1997, no Japão, objetivou limitar o aumento da temperatura global até 2°C e estimular o suporte econômico aos países vulneráveis as mudanças climáticas (AGÊNCIA SENADO, [20--]; VIEIRA, TAVARES, 2021).

Vale sublinhar que o Brasil foi signatário de ambos os acordos destacados, sendo importante expoente para validação das metas estabelecidas, uma vez que abriga grande parte da Amazônia (maior floresta tropical do mundo), responsável por grande parte da absorção do CO<sup>2</sup> liberado na atmosfera (VIDEOSAÚDE..., 2021).

Lançando, por fim, a discussão sobre meio ambiente à luz da engenharia agrônoma, Dullely, 2004, conceitua-o enquanto o produto da transformação da natureza que um organismo precisa gerar para garantir sua reprodução e sobrevivência. Logo, há um meio ambiente específico para o modo que cada ser vivo transforma a natureza, uma vez que o espaço que envolve determinado organismo é modificado em consonância com suas necessidades fundamentais particulares.

Dentro desta perspectiva, os meios ambientes específicos compõem um “ambiente maior”; um espaço que abrange todas as qualidades essenciais para que um organismo possa se manter vivo. Amais, é importante frisar que este é um conceito abstrato, fruto do entendimento do ser-humano sobre o que pode ser transformado e assim utilizado. “se admite que ela [a natureza] exista independentemente da existência e/ou conhecimento da espécie humana”

(Dulley, 2004, p. 20), por outro lado, o meio ambiente humano, depende, obrigatoriamente, do trabalho e da reflexão do ser-humano sobre a natureza:

É portanto a capacidade do homem de pensar a natureza, pensada em seu sentido amplo (envolvendo todas as espécies conhecidas), que lhe permite pensar todos os meios ambientes compondo o ambiente.

A natureza e o ambiente seriam, portanto, duas faces de uma mesma moeda, sendo que o segundo teria uma conotação mais prática ou de utilidade, não só para o homem, mas também para qualquer espécie. (DULLEY, 2004, p.20)

Diante do supracitado, são perceptíveis as nuances na forma de se caracterizar o meio ambiente. Há, entretanto, um aspecto que perpassa as três definições apresentadas, sendo concebível concluir que quaisquer meios excessivos de transformar/destruir o meio ambiente, refletem em consequências danosas à vida. Então, não o preservar, significa, necessariamente, não preservar a vida em suas diversas expressões.

## 4.2. CAPITALISMO E COLONIALISMO

Do ponto vista dos países europeus, pode-se explicar a formação do capitalismo diretamente por suas bases teóricas, buscando nas correntes culturalista (Max Weber) e/ou histórica (Karl Marx) conceitos técnicos que o definam. Contudo, na perspectiva de uma ex-colônia, conceituar o capitalismo significa, sobretudo, buscar os processos originários que permitiram a ampla produção e troca de mercadorias. Logo, não se pode abordar a consolidação do sistema capitalista no mundo Ocidental, sem, concomitantemente, elucidar os princípios do colonialismo moderno na América Latina – prática que viabilizou a formação do capitalismo na Europa e assegurou o “financiamento” da 1ª Revolução Industrial nos séculos seguintes (ASSIS, 2014).

Segundo Marx (2011), o capitalismo só é possível quando são reunidos três aspectos: a propriedade privada, a divisão social do trabalho e a troca. O primeiro elemento diz respeito a concentração de dinheiro e a posse – por uma minoria populacional – dos meios de produção e subsistência, onde são reunidos instrumentos e recursos que permitem a geração de mercadorias. Nestes espaços operam trabalhadores livres e assalariados; livres pois não são obrigados a trabalhar nos meios de produção, mas são, ironicamente, dependentes dos mesmos – a ideia de “liberdade” emerge como um contraponto a escravidão e a servidão (o trabalhador não pertence ao meio de produção).

Em um contexto em que o trabalho está socialmente dividido e os meios de subsistência são privatizados (apropriados), resta ao indivíduo que não possui nada além da própria força de trabalho, reproduzir-se existencialmente de maneira indireta, oferecendo a si próprio no mercado enquanto mercadoria. Ou seja, despossuído de artifícios que garantam sua reprodução material, sua força de trabalho se torna o meio pelo qual pode obter dinheiro, crédito que materializa o valor do seu trabalho e lhe permite obter recursos para sua sobrevivência (MARX, 2011).

Essa massa de indivíduos “livres” que permutam sua força de trabalho por dinheiro, ativam os meios de produção, possibilitando a geração das mercadorias. É justamente nesta circunstância dipolar de interdependência entre trabalhadores assalariados e donos de meios de produção, em que a circulação de dinheiro e o constante câmbio de mercadorias se tornam capital:

A relação capitalista pressupõe a separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições da realização do trabalho. Tão logo a produção capitalista esteja de pé, ela não apenas conserva essa separação, mas a reproduz em escala cada vez maior. O processo que cria a relação capitalista não pode ser senão o processo de separação entre o trabalhador e a propriedade das condições de realização de seu trabalho, processo que, por um lado, transforma em capital os meios sociais de subsistência e de produção e, por outro, converte os produtores diretos em trabalhadores assalariados. (MARX, 2011, p. 961)

Com base nos argumentos apresentados, entende-se o capitalismo enquanto um sistema em que o trabalho não encontra seu fim no consumo, mas na produção. A função social do trabalho deixa de ser a reprodução existencial, passando a ser a forma pela qual a mercadoria e o dinheiro continuam possuindo valor, garantindo a continuidade da circulação, geração e por conseguinte, do acúmulo de capitais (CATANI, 1985). Deste modo, define-se o capitalismo enquanto

um determinado modo de produção de mercadorias, gerado historicamente desde o início da idade moderna [...].

Por modo de produção entende-se tanto o modo pelo qual os meios necessários à produção são apropriados, quanto as relações que se estabelecem entre os homens a partir de suas vinculações ao processo de produção.

Por esta perspectiva, Capitalismo significa não apenas um sistema de produção de mercadorias, como também um determinado sistema no qual a força de trabalho se transforma em mercadoria e se coloca no mercado como qualquer objeto de troca. (CATANI, 1985, p. 3 - 4)

Como então o capitalismo se relaciona com o colonialismo moderno? Ora, se a geração de capitais depende, primeiramente, do próprio capital, é imperativo que se possua um capital inicial

ou, como descreve Marx (2011), “primitivo”, para que se possa começar a produção capitalista – é nesta ocasião de “acúmulo primitivo” de capitais, que o colonialismo moderno se manifesta enquanto alicerce do capitalismo.

Como já visto, o processo de produção de capitais consiste, essencialmente, na separação arbitrária dos seres humanos de seus meios de subsistência, pressionando os indivíduos desapropriados de suas terras a oferecer seu trabalho para produção de mercadorias – estes, não mais logram diretamente dos frutos de seu ofício. Então, entendendo o colonialismo como uma “estrutura de dominação e exploração, onde o controle da autoridade política, dos recursos de produção e do trabalho de uma população determinada são detidos por outra, de identidade diferente” (QUIJANO, 2007, p. 285, tradução nossa), é possível alegar que as espoliações reproduzidas pelo colonialismo europeu na América Latina, foram, sobretudo, uma forma de certificar o capital inicial citado.

Embora Marx (2011) aponte que a formação do capital dependa de uma relação de troca entre trabalhadores livres e donos dos meios de produção – esta não é uma característica pertinente ao colonialismo moderno, que utilizou da mão de obra escrava – foi apenas devido às práticas coloniais iniciadas com as Grandes Navegações, nos séculos XV e XVI, que a Europa (em um primeiro momento a Península Ibérica) pôde adquirir quantidades massivas de recursos para serem trocados no nascente mercado capitalista (GALEANO, 2012).

Na dupla-qualidade que confere ao "trabalho livre/assalariado", uma se refere exclusivamente a desvinculação do trabalhador dos seus meios de subsistência, ou, no caso latino-americano, genocídio e usurpação, que culminaram no trabalho escravo. Mesmo constituindo os meios de produção, enquanto indivíduos escravizados, os povos originários dominados foram desassociados dos seus meios de subsistência – logo, “livres” destes, no sentido de não mais os possuírem – em um processo que facultou a obtenção de recursos, que seriam transformados em mercadorias – as mesmas viriam a ser o primeiro capital (primitivo), ressignificadas à medida que se inseriam no contexto dipolar europeu de divisão social do trabalho.

Portanto, a separação dos povos indígenas dos seus meios de subsistência, não se tratou da geração iminente de capital, mas de um meio de se obter recursos brutos (pré-capital) que serviriam de base para iniciar a transição da Europa feudal, para Europa moderna, capitalista, no que Assis vai denominar (2014) “acúmulo primitivo colonial”.

Nessa mirada, as Américas não foram incorporadas dentro de uma já existente economia mundial capitalista; pelo contrário, não haveria uma economia capitalista mundial sem a existência das Américas (Quijano; Wallerstein, 1992). [...] Assim, a acumulação primitiva colonial, longe de ser uma pré-condição do desenvolvimento capitalista, foi um elemento indispensável da sua dinâmica interna e posterior continuidade (Coronil, 2000). (ASSIS, 2014, p. 613 – 614)

Percebe-se, desta maneira, as contradições do capital: para manter sua geração, demanda a participação dual de trabalhadores livres, despossuídos e uma classe detentora dos meios de produção; o próprio capital, por outro lado, originou-se a partir da dominação colonial e portanto, é, conjuntamente ao trabalho livre, fruto da escravidão.

É notável que o capitalismo, nascido do interior do feudalismo, transformou as estruturas socioeconômicas da Europa, que migrava da Idade Média para Moderna, impulsionada pelos ideais renascentistas, em que a razão (instrumentalizada) e o utilitarismo começaram a tomar centralidade. Este processo de transição do feudalismo para o capitalismo, culminou não só no trabalho livre assalariado em troca da mão de obra servil e da sociedade estamental, como também, expandiu as relações capitalistas. Antes limitada à concentração de valores<sup>3</sup> no território europeu, a relação socioeconômica imposta pelo capital passou a exigir a exportação dos espaços desvalorizados - que não cabiam mais, somente na Europa - a territórios extracontinentais, em um processo que foi além da dominação colonial, tendo sido expresso na colonialidade (ASSIS, 2014; GALEANO, 2012).

a colonialidade é entendida como uma dimensão simbólica do colonialismo que mantém as relações de poder que se desprenderam da prática e dos discursos sustentados pelos colonizadores para manter a exploração dos povos colonizados. Restrepo e Rojas (2012) a definem como um fenômeno histórico complexo que se estende para além do colonialismo, referindo-se a um padrão de relações de poder que opera pela naturalização de hierarquias territoriais, raciais, culturais, de gênero e epistêmicas. A naturalização é o que possibilita a reprodução das relações de dominação. Esse padrão de poder mantém e garante a exploração de uns seres humanos sobre outros e subalterniza e oblitera os conhecimentos, experiências e formas de vida do grupo que é explorado e nominado (Restrepo; Rojas, 2012). (TONIAL, MAHEIRIE, JUNIOR, 2017)

---

<sup>3</sup> O “valor” referido não deve ser confundido com mérito, representando, efetivamente, o seguinte coletivo: valor de uso, relacionado à necessidade atribuída à aquisição de algo; valor de troca, forma de se resumir o trabalho e o tempo gastos na elaboração de um produto em algo concreto. Sem estas duas características mínimas, o câmbio de mercadorias não funciona. Consequentemente, para que as relações capitalistas se intensifiquem, é imprescindível que os valores sejam concentrados – não significa que os indivíduos componentes do corpo social passem a ser prestigiados, muito ao contrário, significa que há uma dependência crescente pela troca de mercadorias.

Estabelece-se então: o capitalismo central, onde são concentrados valores que acentuam a produção e permutação de mercadorias, permitindo a geração paulatina de capitais; o capitalismo periférico, onde o desvalor a terra, natureza e aos indivíduos que dela dependem é tamanho, que o utilitarismo moderno/renascentista pode operar livremente, transformando todos e tudo que é dominado em “recursos”.

Diante dos paradoxos e dinâmicas de opressão que marcam o arcabouço capitalista, fica evidente que o meio ambiente, enquanto todo coletivo de elementos que viabilizam as mais variadas formas de vida na Terra, não pode coexistir com um sistema que impõe uma relação social, em que todo trabalho é voltado inexoravelmente a um modelo produtivo que subverte as qualidades mais fundamentais da vida em valores de uso e troca, em um processo de transformar tudo em mercadoria. O capitalismo, por definição, é insustentável, à medida que precisa reduzir a vida (dentro da lógica apresentada, o próprio meio ambiente) a objeto para se constituir e se reproduzir.

### **4.3. A CIDADE E O CAPITAL**

A imersão em uma cidade cuja função é exclusivamente a reprodução do capital, limita o imaginário social aos modelos de cidades capitalistas. Nesse sentido, a cidade é pensada como o próprio reflexo do capital, a expressão material do mesmo sobre determinado território. Desconsidera-se, entretanto, que a formação das malhas urbanas são mais antigas que a própria constituição do capitalismo. Muito antes das Grandes Navegações (séc. XIV), responsáveis por consolidarem o sistema capitalista na Europa, já havia espaços densamente povoados e politicamente organizados em distintas regiões do globo – as cidade-estado mesopotâmicas, por exemplo, datam de pelos menos 2000 a.C. (ROLNIK, 2004).

Embora cada cidade apresente suas próprias particularidades, de acordo com o contexto histórico e social em que foram edificadas, há qualidades que perpassam a formação de qualquer espaço urbano. Dentre estas características gerais, deve-se dar especial atenção a três elementos fundamentais desse espaço: a concentração, a divisão social do trabalho e a troca.

Impreterivelmente, uma cidade tem caráter concentrador, funciona como um “imã”, logo tem a capacidade de reunir uma grande massa populacional em um mesmo território. Esta condensação produz um modo de viver coletivo em que o trabalho passa a ser socialmente

dividido, tornando cada um dos grupos citadinos interdependentes – cada agrupamento passa a desempenhar uma função diferente, visando manter o funcionamento do espaço urbano (ROLNIK, 2004).

A partir deste momento, a cidade começa a ser realmente estruturada, de modo que suas atividades internas sejam sistematizadas e sua cultura eternizada nas construções que desenham o espaço urbano:

[...] construir cidades significa também uma forma de escrita. Na história, os dois fenômenos escrita e cidade ocorrem quase que simultaneamente, impulsionados pela necessidade de memorização, medida e gestão do trabalho coletivo.  
 [...] Na cidade-escrita, habitar ganha uma dimensão completamente nova, uma vez que se fixa em uma memória que, ao contrário da lembrança, não se dissipa com a morte. Não são somente os textos que a cidade produz e contém [...] que fixam esta memória, a própria arquitetura urbana cumpre também este papel. (ROLNIK, 2004, p. 16 – 17)

Sendo então, um espaço populoso e estratificado, a cidade se organiza através de mecanismos políticos, criados pelo próprio ser humano como instrumentos que permitem manifestar suas diferenças. Não se trata necessariamente da invenção da política propriamente dita, como inauguram os gregos, mas de um jeito de se viver coletivamente em que seja possível discutir as divergências internas da cidade, sem que para isso seja necessário a guerra – a ocorrência desta é fruto da falência política (CHAUI, 2000).

O ato de fazer política, contudo, não é necessariamente executado por todos os habitantes do espaço urbano. Este é exercido por aqueles que podem participar da vida pública da cidade, os cidadãos, que por direito, podem agregar à disputa política suas próprias manifestações. A política é, desta forma, além de um instrumento relacional, que concilia a vida coletiva, um determinante, que permite distinguir o público do privado. Em certas ocasiões, o poder político pode estar concentrado – dentro deste cenário, não há disputa, uma vez que outras manifestações individuais e/ou coletivas são arbitrariamente silenciadas; em outras circunstâncias, o poder político se encontra diluído, como nos regimes democráticos, que viabilizam e estimulam o conflito político (CHAUI, 2000).

Como resultado das características apontadas, o espaço urbano reúne as condições ideais para formação de um mercado. Concentrar pessoas em um local onde não produzem tudo que lhes é necessário para sobrevivência, significa incentivá-las a permutar entre elas próprias, buscando garantir o que for necessário para sua reprodução existencial. O desenvolvimento de uma economia mercantil, todavia, não exprime a gênese do capitalismo – embora seja um marco

importante para sua futura composição. O mercado, neste contexto, serve como um mediador, viabiliza o acesso aos produtos necessários para manutenção existencial de um indivíduo. O mercado capitalista, por outro lado, tem a função singular de permitir a geração de capitais – desempenha papel produtivo – buscando transformar tudo em mercadoria. (CATANI, 1985; ROLNIK, 2004).

Fica evidente que toda cidade se estabelece sobre três alicerces principais: a concentração, de indivíduos e valores; a divisão social do trabalho, consequência de um modo de viver coletivo, que demanda, por sua vez, organização política-administrativa; a troca, facilitada pelas duas qualidades anteriores, que ressalta o caráter mercantil do espaço urbano.

A cidade capitalista, especificamente, vai se constituir através da exacerbação do já existente mercado feudal, de modo que este, passa a dominar o Estado e não o contrário – a divisão social do trabalho toma dimensão extra fronteira, sendo reajustada para um modelo de divisão internacional do trabalho. O modelo econômico, até então direcionado essencialmente para o abastecimento interno, volta-se para geração de excedentes cada vez mais volumosos, aumentando a capacidade de troca do mercado. A ebulição destes crescentes núcleos mercantis, passa a assumir caráter concentrador, tornando-se semente das futuras cidades capitalistas, que, acompanhadas do êxodo dos servos para estes novos espaços, simbolizam o fim do feudalismo europeu (ROLNIK, 2004).

A nova conformação urbana assume, assim, duas qualidades: o espaço deixa de ser trabalhado de modo comunal, não pertence mais ao senhor feudal, torna-se, como qualquer outro recurso, mercadoria, portanto, restringe-se ao poder privado; em seguida, a apropriação das terras aprofunda a segregação social, transforma a divisão do trabalho em algo mais concreto, as classes sociais, quem incluem trabalhadores livres despossuídos (assalariados), donos dos meios de produção e comerciantes (ROLNIK, 2004).

O espaço e a arquitetura, antes ocupados e construídos organicamente – em conformidade com as irregularidades ambientais – passam a ser dobrados a bel vontade do ser humano, que começa a enxergar a natureza enquanto objeto. Retomando a imagem de que a cidade é sobretudo uma escrita, esta nova organização imposta pelo capitalismo espelha com precisão a segregação social: são definidos territórios dentro da cidade que cada classe pode habitar; um centro montado pela/para classe dominante; periferias circundantes ao centro, onde a classe trabalhadora

(operária) consegue se estabelecer para usufruir daquilo que somente o centro oferece. (MENDONÇA, 2019; ROLNIK, 2004).

É neste momento conturbado de transição entre as cidades feudais para as cidades capitalista, que acontece a colonização e consequente ocupação do território americano, o qual vai refletir características de ambos os modelos urbanos.

## 5. CAPÍTULO 2: EVOLUÇÃO DO ESPAÇO URBANO CARIOCA

Exposto o debate que envolve o conflito entre o meio ambiente e o capitalismo, visualizar os processos que produziram a cidade e continuam a reproduzi-la, será uma tarefa menos laboriosa, tendo em vista que o tecido urbano – tal como o conhecemos hoje – é de antemão um reflexo da expansão do capital. Visando cumprir a proposta desta etapa do trabalho, o capítulo abordará duas secções, uma que analisa o processo histórico e outra o contemporâneo, apresentado a evolução/adequação do Rio de Janeiro em conformidade com o desenvolvimento das relações capitalistas.

Primeiramente, voltar-se-á às origens da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, desde a tomada da região pelos portugueses em 1556, até as grandes reformas urbanas que marcaram o fervilhar da jovem república brasileira no século XX, destacando ao longo deste intervalo, apenas os eventos que transformaram definitivamente o território carioca.

### 5.1. OCUPAÇÃO, ORIGEM E DESENVOLVIMENTO DA CIDADE CARIOCA

Introduzindo, primeiramente, esta linha histórica por um período “pré-urbano”, é importante lembrar que a história da região da Guanabara não se inicia com a chegada dos portugueses. Muito antes das primeiras excursões europeias em território brasileiro, já havia comunidades indígenas habitando a localidade, cuja organização social e saberes empíricos eram a prova viva de seu desenvolvimento – muito ao contrário do que perpetuaram os portugueses, os povos originários não eram primitivos:

para eles [os europeus] os “índios” não tinham lei, rei, fé, escrita, moeda, comércio, História; eram seres desprovidos dos traços daquilo que, para o europeu cristão, súdito de monarquias, constituiria a civilização.  
[...] Transformaram o que eram incapazes de compreender em inferioridade dos americanos. Considerando-os selvagens e bárbaros [...]. (CHAUI, 2000, p. 486 – 487)

Chauí (2000) aponta que os povos indígenas estabeleceram um modo de viver coletivo igualitário, em que o Estado e o mercado eram inexistentes. Não havia necessidade de se criar um entidade política-administrativa para coordenar as funções dos componentes da comunidade, uma vez que o modelo social comunal/tribal em que viviam, permitia a deliberação das demandas do grupo de acordo com as tradições e necessidades da comunidade. O trabalho, por sua vez, não

tinha papel segregador, não identificava categorias sociais. Era, meramente, o modo pelo qual a população transformava o espaço ao seu redor, reproduzia seus costumes e garantia sua reprodução existencial:

Nelas [sociedades indígenas], não há propriedade privada nem divisão social do trabalho, não havendo, portanto, classes sociais nem luta de classes. A propriedade é tribal ou comum e o trabalho se divide por sexo e idade. São comunidades no sentido pleno do termo, isto é, são internamente homogêneas, unas e indivisas, possuindo uma História e um destino comuns” (CHAUI, 2000, p. 487-488).

Para além do funcionamento das relações internas aos sistemas sociais dos povos indígenas, há aspectos, pouco discutidos, que denotam uma profunda sabedoria destas populações nativas sobre o espaço e os recursos que as cercam. O modo destas nações produzirem o ambiente construído nos espaços em que habitam, traz à tona uma intrínseca relação ecológica com o meio ambiente, baseada não em uma ciência metodológica, mas em um conhecimento tradicional, que compreende o ser-humano como mais um elemento da natureza (BRANCO, 1993; KRENAK, 2019).

Por apresentarem uma arquitetura proveniente de materiais orgânicos (biodegradáveis), as habitações edificadas pelos povos indígenas brasileiros foram, por muitos anos, desconsideradas enquanto arquitetura, visto que só seria assim entendida, a construção que fosse feita na pedra – “o único material capaz de resistir à ação do tempo” (WEIMER, 2014, p. 3). A arquitetura e o modo de ocupar o espaço dos povos originários, constitui-se de modo eximamente adaptado às condições geoclimáticas do local em que se inseriram, demonstrando um modo de viver sustentável e preparado para a intempérie própria de um país tropical. Reuniam todas as características do que hoje se denomina arquitetura vernacular:

A construção vernacular é uma tipologia arquitetônica cujo processo de concepção e construção é passado de pai/mãe para filho/a (ASQUITH; VELLINGA, 2005), resulta das condições naturais do local onde é construída [...].

[...] Segundo Cerqueira e Silva (2014, p. 62), “os materiais são retirados da Natureza, mas a construção é perecível, e dentro de alguns anos os materiais retornam para o Meio Ambiente. Há ainda uma reutilização dos materiais de forma a agredir o mínimo possível a Natureza”.

[...] [estas características] apontam para uma relação do construtor vernacular com o Meio Ambiente Natural, em que o primeiro extrai do segundo apenas o recurso necessário para satisfazer seu consumo; o que, segundo Oliver (2006), poderia indicar um possível “equilíbrio ecológico”. (COSTA, SANTOS, 2019, p. 221, 250 – 251)

A chegada dos colonos em território brasileiro, entretanto, representou o extermínio destes povos, juntos destes, sua cultura e conhecimento. Alguns grupos jesuíticos buscaram

ainda, como relata Branco (1993), estudar as moradias dos povos originários, para depois se fixar nas terras americanas. No entanto, o aprendizado (por parte de alguns europeus) é seguido de genocídio e espoliação. Introduzida, brevemente, a história daqueles que antecederam a fundação do Rio do Janeiro e foram portanto seus primeiros habitantes, é possível descrever como ocorreu a tomada da região e, conseqüentemente começou sua urbanização.

O contato inicial dos portugueses com o atual território do Rio de Janeiro ocorreu em 1531, quando Pero Lopes e Souza Martin, a mando da coroa portuguesa, foram ordenados a realizar o reconhecimento da costa brasileira, com o fim de impedir a conquista da região por outros colonos, em especial, os franceses. Como marco definitivo da chegada dos portugueses a região da Guanabara, foi construída, na desembocadura do rio Carioca (Ilustração 1; Ilustração 2), um casarão colonial, que desempenhava a dupla função de abrigar a expedição de Lopes e Martins, e, principalmente, declarar a fixação do Império português aos que ocupavam ou tentavam dominar aqueles territórios (CAVALCANTI, 2015).

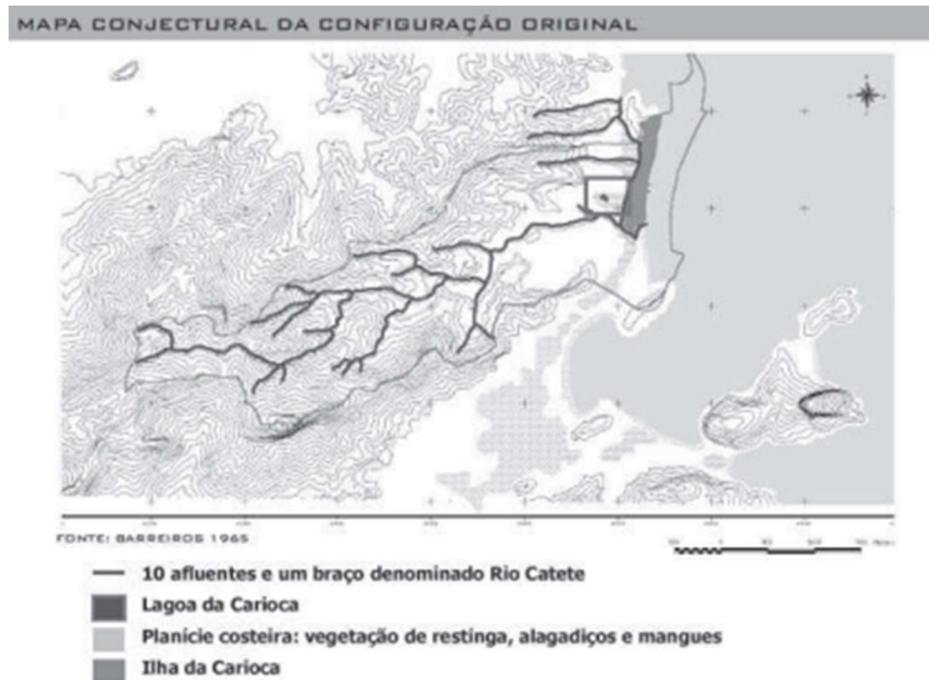
Ilustração 1 – Limites da bacia e traçado atual do rio Carioca



Fonte: SCHLEE, CAVALCANTI, TAMMINGA, 2007.

Continuando sua missão de reconhecimento do litoral, seguindo agora para direção sul, fundaram a vila de São Vicente, que deu origem, posteriormente a capitania de São Vicente. Enquanto Martin Afonso ficou a mando da recém-fundada vila, Pero Lopes ganhou a posse da já conhecida orla da Baía de Guanabara – a morte deste último, dois anos depois, fez com que a capitania de São Vicente abrangesse as terras do falecido, abarcando na totalidade os atuais estados de Minas Gerais, Mato Grosso, São Paulo e Rio de Janeiro (CAVALCANTI, 2015).

Ilustração 2 – Mapa conjectural da configuração original do rio Carioca



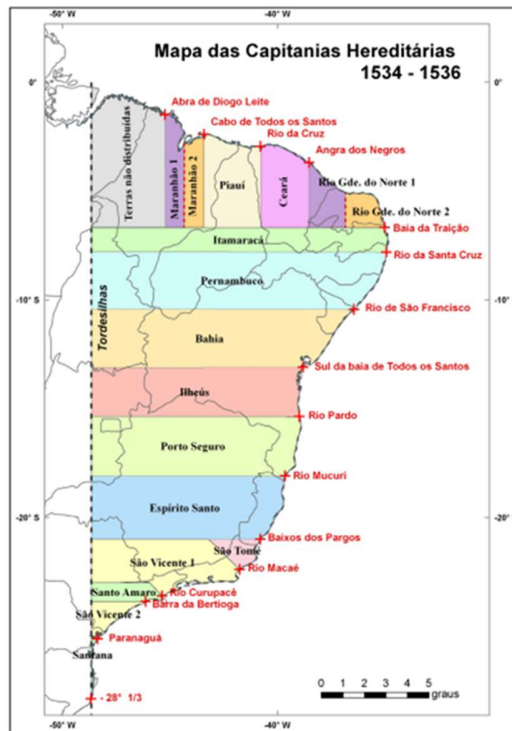
Fonte: Fonte: SCHLEE, CAVALCANTI, TAMMINGA, 2007.

Com a instituição do Regime das Capitanias em 1534 (Ilustração 3), os representantes da coroa portuguesa ganharam a autorização de distribuir porções de terra via doação de sesmarias. Inicialmente, esta autorização gerou uma apropriação desordenada dos territórios coloniais. Por conta disso, foi criado, em 1548, o regimento de Tomé de Souza, o qual regulamentava a concessão de sesmarias, exigindo daquele que quisesse as terras, recursos suficientes para trabalhá-las. Era uma estratégia geopolítica, cuja finalidade era: garantir a segurança territorial da colônia, viabilizando meios de se administrar os territórios conquistados pelo império; e estimular a exploração do interior brasileiro, concomitantemente, a expansão da agricultura no território colonial (SILVA, MACHADO, GONÇALVES, SAGARDOY, 1999).

Desprovido de grandes recursos e inclusive população, Martins Afonso não pôde coordenar tanto a vila de São Vicente, quanto a região da Guanabara, culminando no abandono desta última – por estar vulnerável, foi dominada por franceses e tupinambás em 1555. Esgotadas as possibilidades de acordos diplomáticos com a França, o Império lusitano, em 1560, respondeu com o envio de exércitos comandados pelo governador-geral do Brasil, Mem de Sá, que conseguiu expulsar os franceses e tupinambás do litoral da baía – retirando-se da região após os conflitos armados. Os problemas, contudo, não se encerraram, uma vez que os grupos derrotados

se reagruparam no Uruçu-Mirim (nome indígena dado ao Morro da Glória) e na Ilha do Gato, conhecida hoje como Ilha do Governador (CAVALCANTI, 2015; SCHLEE, CAVALCANTI, TAMMINGA, 2007).

Ilustração 3 – Capitânicas hereditárias.



Fonte: CINTRA, 2013.

Temendo que o território fosse tomado novamente, a coroa portuguesa decidiu ocupar permanentemente a região da Guanabara, de modo que fosse possível assegurar o controle do espaço e o fortalecimento bélico, visando eliminar os adversários remanescentes. Para executar esta tarefa, Estácio de Sá, acompanhado por uma esquadra, foi enviado diretamente de Lisboa para o Brasil. Ao chegar no local, em 1565, optou por estabelecer a cidade, provisoriamente, nas cercanias do Morro Cara de Cão, localidade que oferecia ampla visão da entrada da Baía de Guanabara – o que deixava o novo núcleo urbano em uma posição militarmente vantajosa – e estava próxima da bacia hidrográfica do Rio Carioca, permitindo a futura migração da cidade para região dos rios (revisitar Ilustração 2 acima). Era um espaço adequado às demandas de abastecimento e saneamento da cidade; de fácil acesso aos rios e ao mar, o que permitia a interiorização e o escoamento de produtos minerais e agrícolas – agrupava as qualidades ideais de

um espaço urbano salubre e economicamente próspero. Assim, em 1565, iniciou-se a construção da cidade do Rio de Janeiro (CAVALCANTI, 2015).

Foram apenas dois anos depois (1567), com auxílio de tropas enviadas de Portugal, das capitânicas de São Vicente, Espírito Santo e Bahia, que os colonos portugueses confrontaram os franceses e tupinambás, expulsando-os definitivamente da região. Neste ano, a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro foi enfim fundada:

A bacia do Rio Carioca foi palco de grandes disputas travadas pelo domínio da região da Guanabara, devido à presença estratégica do rio, considerado sagrado pelos habitantes nativos e fonte de abastecimento de seus assentamentos. Para os estrangeiros, tratava-se do recurso fundamental para viabilizar futuras formas de ocupação da área, por eles planejadas.

Após o desmantelamento dos assentamentos franceses pelos portugueses, os conflitos entre estes e os nativos “rebeldes” chegaram a termo na região do Carioca na conhecida batalha de Uruçumirim [...], travada na planície costeira desta bacia. Este episódio propiciou o início da ocupação desta área a partir das soluções urbanísticas utilizadas por Portugal para ocupação das suas novas terras. (SCHLEE, CAVALCANTI, TAMMINGA, 2007, p. 270).

Com Estácio de Sá morto devido a batalha recente, o papel de migrar a cidade do Morro Cara de Cão para região da Carioca passou para Mem de Sá, que ao invés de transferir o núcleo da cidade para o local planejado, elegeu, com base nos preceitos militares da época, o topo do Morro do Castelo como território definitivo para construção da nova cidade. Esta mudança foi feita com o intuito de aumentar a segurança urbana, já que o Morro do Castelo (antes da construção da cidade, conhecido como Descanso) se localizava mais ao interior da Baía de Guanabara. (CAVALCANTI, 2015).

Desprezou-se, todavia, um olhar mais atento às características geológicas, climáticas e vegetais do sítio escolhido, por conta disso, foram necessárias grandes interferências no meio ambiente para tornar o espaço minimamente habitável. Por se tratar do topo de um morro, não havia possibilidades de se expandir e/ou desenvolver a área urbana, não apenas por que o local era naturalmente limitado pelo fim da superfície do relevo, como também, a distância das fontes de água potável, tornava o abastecimento da região difícil, implicando diretamente na saúde e bem-estar da população. Somado a este problema, a vegetação que cobria o morro desempenhava papel fundamental na sustentação/fixação do solo. Como a ocupação do Castelo demandou o desmatamento da área, a terra foi exposta às intensas chuvas tropicais, causando deslizamentos paulatinamente mais frequentes (CAVALCANTI, 2015).

Estas características fizeram com que aos poucos a própria população da cidade fosse descendo o morro em direção aos cursos d'água provenientes da Bacia do Rio Carioca – a ocupação orgânica do espaço, efetuada de acordo com as necessidades mais imediatas da população. Tamanho foi este fluxo que, em 1637, a Casa da Câmara e Cadeia (conjunto de órgãos públicos que representavam o centro político-administrativo da cidade) foi deslocada para “cidade baixa”, oficializando a transição da então chamada “cidade velha” (alto do morro) para “cidade nova” (sopé do morro) (CAVALCANTI, 2015; ROLNIK, 2004).

O movimento descendente da cidade, contudo, não significou o fim dos problemas urbano-ambientais. Como agravante das adversidades citadas, as redondezas do Morro do Castelo eram repletas de lagos, morros e mangues, terrenos irregulares de solo úmido, vistos como empecilhos para edificação do espaço construído. Além disso, também como consequência de uma ignorância da população, o deslocamento mencionado em direção aos rios, foi sucedido pela ocupação de suas várzeas, que são justamente as áreas de enchente de um corpo fluvial, locais para onde o volume excessivo das águas transborda, deixando os indivíduos que migraram para estes espaços, vulneráveis às enchentes naturais (BENATTI, 2016; CAVALCANTI, 2015).

Assim, a constituição da cidade do Rio de Janeiro se deu, desde o início, através de intensas transformações da paisagem geográfica, realizadas por meio do aterro de parte a orla da baía de Guanabara, de rios e de lagos<sup>4</sup>, de terraplanagens, derrubada de morros – que servia tanto para planificação da região quanto para o aterramento dos corpos d'água – drenagem de manguezais e desmatamento. Além de todos estes processos terem contribuído com a mudança drástica das características geomorfológicas locais, acentuaram os problemas ambientais urbanos que impactam a população carioca até os dias atuais (Ilustração 4) (CAVALCANTI, 2015; SILVA, TRAVASSOS, 2008).

O auge das transformações urbanísticas no Rio de Janeiro, durante o período colonial, deu-se de fato no ano de 1808, quando o império português transferiu a capital de Lisboa para cidade carioca, como forma de proteger o reinado do avanço das tropas Napoleônicas que consumiam a Europa.

---

<sup>4</sup> Havia na região cinco grandes lagoas, Boqueirão, Desterro, Pavuna, Santo Antônio e Sentinela. Sobre a lagoa do Boqueirão, em 1783, projetado por Mestre Valentim, foi construído o primeiro jardim público do Rio de Janeiro, o próprio Passeio Público da cidade (CALVACANTI, 2015). É irônico como ao mesmo tempo a construção deste espaço denota uma preocupação política em se oferecer a população espaços verdes, com qualidade ambiental, e uma despreocupação ambiental, posto que este mesmo espaço foi erguido sobre um lago aterrado.



sentidos norte e sul da cidade, por outro, vai tornar a vida no Rio de Janeiro mais cara, espelhando a segregação social (instituída anteriormente apenas por elementos culturais) no espaço, iniciando o processo de segregação espacial. Por conseguinte, a malha urbana que conservou até o início do século XIX características semifeudais de um espaço polivalente (ocupado organicamente), passa, a partir do ano de 1808, a delimitar os espaços pertencentes às respectivas classes sociais pertinentes à cidade do Rio de Janeiro, fundado o que se conhece hoje como centro e periferia (ROLNIK, 2004).

Outro ponto importante deste período, foi a anulação do alvará real de 1785, que proibia a industrialização nas colônias portuguesas – na época a medida havia sido implantada como forma de impedir que a indústria das colônias competisse com a indústria da Metrópole. A eliminação da restrição imposta no século anterior, permitiu um modesto desenvolvimento da indústria carioca, posto que esta precisava, antemão, de uma grande massa de trabalhadores livres (mão de obra barata, disponível) e consumidores (indivíduos com poder de compra), circunstâncias escassas em um local cuja força de trabalho é, fundamentalmente, escravagista. Esta demanda por operários corroborou fortemente para a abolição da escravidão no Brasil – pressão feita até mesmo por países estrangeiros, como a Inglaterra, que buscavam no Brasil um potencial mercado consumidor – representando a transição da economia semifeudal, para capitalista (CAVALCANTI, 2015).

Considere agora os eventos subsequentes ao supracitado, que transformaram as relações políticas, sociais e econômicas no Brasil, determinando a configuração do espaço urbano carioca no início do século XX: a criação, em 1850, da Lei de Terras<sup>5</sup>, que anulou o formato anterior de distribuição e ocupação dos territórios brasileiros (Regime das Capitanias/ regimento Tomé de Souza), impondo aos que precisavam ocupar novos espaços, a compra da terra, mesmo que estivessem improdutivas e/ou inabitadas; a abolição da escravidão em 1888, que somada a lei de 1850, não libertou a população escravizada, mas a condicionou às periferias da cidade, a uma vida cuja relações de trabalho e habitação seriam estabelecidas informalmente – o espaço urbano não estava preparado para o novo contingente populacional; por fim, a proclamação da república

---

<sup>5</sup> O escravo estava definitivamente preso a seu dono, mas o trabalhador livre podia procurar áreas inexploradas e montar seu sítio, produzir a própria subsistência e pôr alguma coisa no mercado. Para atender aos latifundiários, a lei de 1850 impediu que os trabalhadores livres se tornassem proprietários. E com a venda de terras públicas aos grandes fazendeiros o governo pretendia levantar fundos para financiar a imigração. A longo prazo, no entanto, esse sistema gerou um processo de concentração da propriedade da terra, criando extensas áreas improdutivas. (SILVA, MACHADO, GONÇALVES, SAGARDOY, 1999, p. 443)

em 1889, que simbolizava a concretização dos ideais republicano-liberais e a transformação definitiva do Brasil em um país do capitalismo periférico (SANTOS, MOTTA, 2003; SILVA, MACHADO, GONÇALVES, SAGARDOY, 1999; VALLADARES, 2000).

É justamente no contexto posterior a estes eventos que vão ocorrer relevantes reformas urbanas no Rio de Janeiro, então capital da nova república. A reforma mais marcante do início do século XX foi, indubitavelmente, a Reforma Pereira Passos (1902 – 1906), que traduziria o desejo das elites da época (muito influenciadas pelas recentes reformas urbanísticas de Buenos Aires, na Argentina) de transformar o Rio de Janeiro em uma capital moderna. Este era um tipo comum de pensamento no período iminente à Proclamação da República, em que se buscava criar uma nova identidade brasileira, desconexa de elementos que remetessem ao passado colonial – era uma sociedade dirigida por uma elite positivista, que via a modernidade como “o desenvolvimento contínuo, a conquista da natureza para a produção de riquezas, a vitória da técnica, a identificação do passado como obstáculo a ser vencido [...]” (SANTOS, MOTTA, 2003, p. 9).

O ideal sanitarista foi outro conceito muito presente na época, que objetivava a eliminação das doenças e mal odores do espaço urbano, tornando-o um ambiente salubre e agradável. Sob a ótica da elite carioca da década de 1900, os cortiços<sup>6</sup> representavam o total oposto do sanitarismo, estando associados à disseminação de doenças, à vadiagem, à criminalidade, e essencialmente à pobreza – “contribuíam para a perpetuação de uma cidade incivilizada”. De fato, a cidade do Rio de Janeiro vinha sendo acometida desde o século anterior por graves problemas sanitários e epidemiológicos, agravados pelo adensamento populacional: entre 1890 e 1906, estima-se que a densidade domiciliar da cidade fosse de 9,8 pessoas por moradia. Entretanto, isto não justificava nem a estigmatização das populações que viviam nos cortiços, muito menos a proposta de destruí-los: primeiramente porque a superpopulação destes espaços já era fruto da omissão governamental em dar conta das demandas públicas, em seguida, porque destruir os cortiços não resolveria o problema de saúde, só o camuflaria – talvez fosse o suficiente para burguesia carioca, esconder o problema (SANTOS, MOTTA, 2003; VALLADARES, 2000).

---

<sup>6</sup> Habitações precárias e pequenas, densamente ocupadas, com ambientes sanitários coletivos (banheiros e lavanderias comuns aos habitantes do cortiço). Devido as características apontadas, são residências suficientemente desvalorizadas para que as classes sociais mais pobres possam alugá-las; costumam se localizar próximas as oportunidades de emprego, favorecendo o acesso da classe trabalhadora aos locais de realização do seu ofício (KOWARICK, 2013).

O crescimento destas habitações já vinha ocorrendo desde a instituição da Lei de Terras, aumentando ainda mais após a abolição da escravidão – paralelamente a difusão dos cortiços, estavam se ampliando as ocupações ilegais dos morros da região. A população que vivia nestas localidades era ao mesmo tempo o “empecilho do desenvolvimento” e a chave para seu funcionamento, uma vez que representavam a massa de indivíduos livres e despossuídos que venderiam sua força de trabalho nas indústrias, fazendas, e, paradoxalmente, a própria expressão do “atraso” civilizatório. De todo modo, a cidade continuava (continua) segregada, oferecendo escassamente serviços públicos para os moradores dos cortiços e nenhum serviço para os que tinham como última opção as favelas<sup>7</sup>. Portanto, a reforma urbana proposta por Pereira Passos, como se vem tentando evidenciar, não findava a transformação das relações sociais cariocas, mas a manutenção dos interesses capitalistas da elite, refletidos na própria expansão da cidade. (SANTOS, MOTTA, 2003).

Dentre as principais transformações realizadas na cidade pela reforma Pereira Passos, estão: a derrubada dos cortiços do Centro do Rio de Janeiro; a proibição da construção de novos cortiços; a construção das avenidas Beira-Mar, Mem de Sá, Salvador de Sá, Francisco Bicalho, Rodrigues Alves e, mais importante, a avenida Rio Branco (chamada de Avenida Central) que conectou o porto da cidade, na Prainha (corresponde a Praça Mauá, hoje em dia), à Av. Beira Mar, localizada no bairro da Glória, de frente para Baía de Guanabara (uma estrada que ligou o centro da cidade de “mar a mar”); construção de novas redes de esgoto e abastecimento de água; mudança do sistema de iluminação urbana movido a gás, pelo elétrico; instalação de novos bondes, também elétricos (SANTOS, MOTTA, 2003; SILVA, EDUARDO, 2020).

Certamente as intervenções feitas na cidade não geraram apenas efeitos negativos: houve melhora da circulação como resultado da criação das novas avenidas, que desafogaram o trânsito da cidade e incrementaram as conexões entre as áreas norte e sul do Rio de Janeiro; ligado a este fato, houve também o aumento da atividade do porto, ao qual, o acesso havia sido facilitado (SANTOS, MOTTA, 2003).

---

<sup>7</sup> Espaços ocupados irregularmente (originalmente, de modo clandestino), onde o poder público não exerce efeito na melhoria das condições socioambientais. A presença do Estado nestes locais se dá apenas de modo coercitivo – não se busca o desenvolvimento destas regiões, mas o confinamento de massas populacionais pobres em um espaço insalubre, inadequado. Segundo o Dicionário Aurélio da língua portuguesa, a favela é um “conjunto de habitações populares toscamente construídas [...] e com recursos higiênicos deficientes” (FERREIRA, 2010, p. 924). Fica evidente que a formação das favelas se trata de uma medida emergencial, ou seja, o modo pelo qual indivíduos que não poderiam custear/alugar um imóvel encontraram de sair da condição crítica de morador em situação de rua (VALLADARES, 2000).

As obras, contudo, não resolveram os problemas sanitários urbanos da cidade, mas do centro, especificamente, cujo terreno foi valorizado e logo só passaria a abrigar populações de maior poder aquisitivo. Ocorreu, sim, uma “dispersão” dos problemas sanitários, que acompanhariam as multidões desapropriadas pela reforma, não porque a insalubridade fosse uma “característica indissociável da pobreza”, e sim, porque estes indivíduos ocupariam, em geral, áreas impróprias, como os “segmentos de encostas íngremes dos morros e maciços, além de fundos de vale alagadiços” (SILVA, EDUARDO, 2020, p. 10), dificultando o acesso do poder público que já se mostrava pouco interessado em atender outra classe que não a elite. Percebe-se, desta forma, que Passos foi incapaz de solucionar a grave crise habitacional da população carioca. Ao contrário, exacerbou-a:

Nessas condições, a “Reforma Pereira Passos” resolve um problema, o problema da melhoria na circulação da produção, além de embelezar a cidade, porém, faz emergir outros problemas, relacionados à concentração populacional em áreas sem infraestrutura [sic] urbanística. É nesse início de século XX que a cidade se expande no sentido Zona Sul, através da malha de bondes, utilizada pela população de melhor renda; em direção à Zona Norte, através da malha ferroviária; e, finalmente, nos espaços “livres” dos morros do centro, onde os mais pobres se instalam, muitos dos quais oriundos dos cortiços “botados a baixo” pela cirurgia urbana de Pereira Passos (Abreu, 1987). (SANTOS, MOTTA, 2003, p. 27)

Após a reforma Pereira Passos, ocorreu ainda, na primeira metade do século XX, a Reforma Carlos Sampaio (1920 – 1922), que tinha o objetivo central de continuar melhorando o saneamento urbano, embelezar a cidade para a comemoração dos 100 anos de independência do Brasil, desenvolver os fluxos comerciais do centro e estimular a ocupação da zona sul carioca pelas classes dominantes.

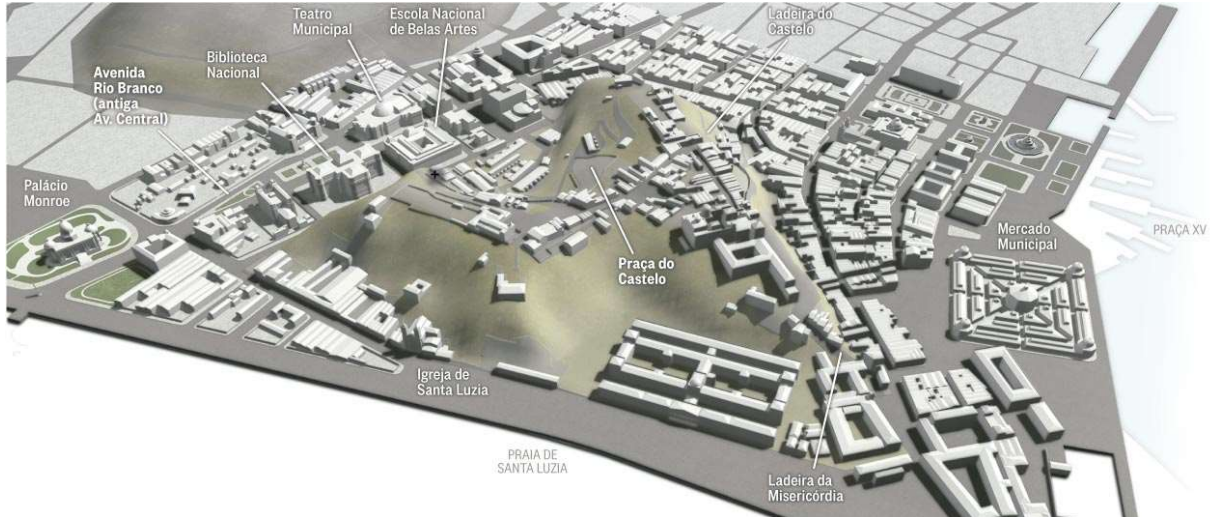
Para atingir estas metas, atuou-se diretamente em dois pontos: as redondezas da lagoa Rodrigo de Freitas, na zona sul, através do aterramento de parte do corpo d’água, drenagem dos mangues circundantes e remoção das comunidades populares presentes na região (Ilustração 5); e na emblemática derrubada do Morro do Castelo (Ilustração 6; Ilustração 7), que muito além do investimento na sanitização local, representou a “destruição do passado” em nome da “modernidade republicana”, uma vez que o Morro do Castelo (“cidade velha”), enquanto território de fundação da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, era símbolo concreto do período colonial (SILVA, EDUARDO, 2020).

Ilustração 5 – Evolução do aterramento da Lagoa Rodrigo de Freitas



Fonte: O GLOBO, 2017.

Ilustração 6 – Morro do Castelo entre 1910 e 1922



Fonte: O GLOBO, 2015

Ilustração 7 – Local correspondente ao Morro do Castelo hoje



Fonte: O GLOBO, 2015

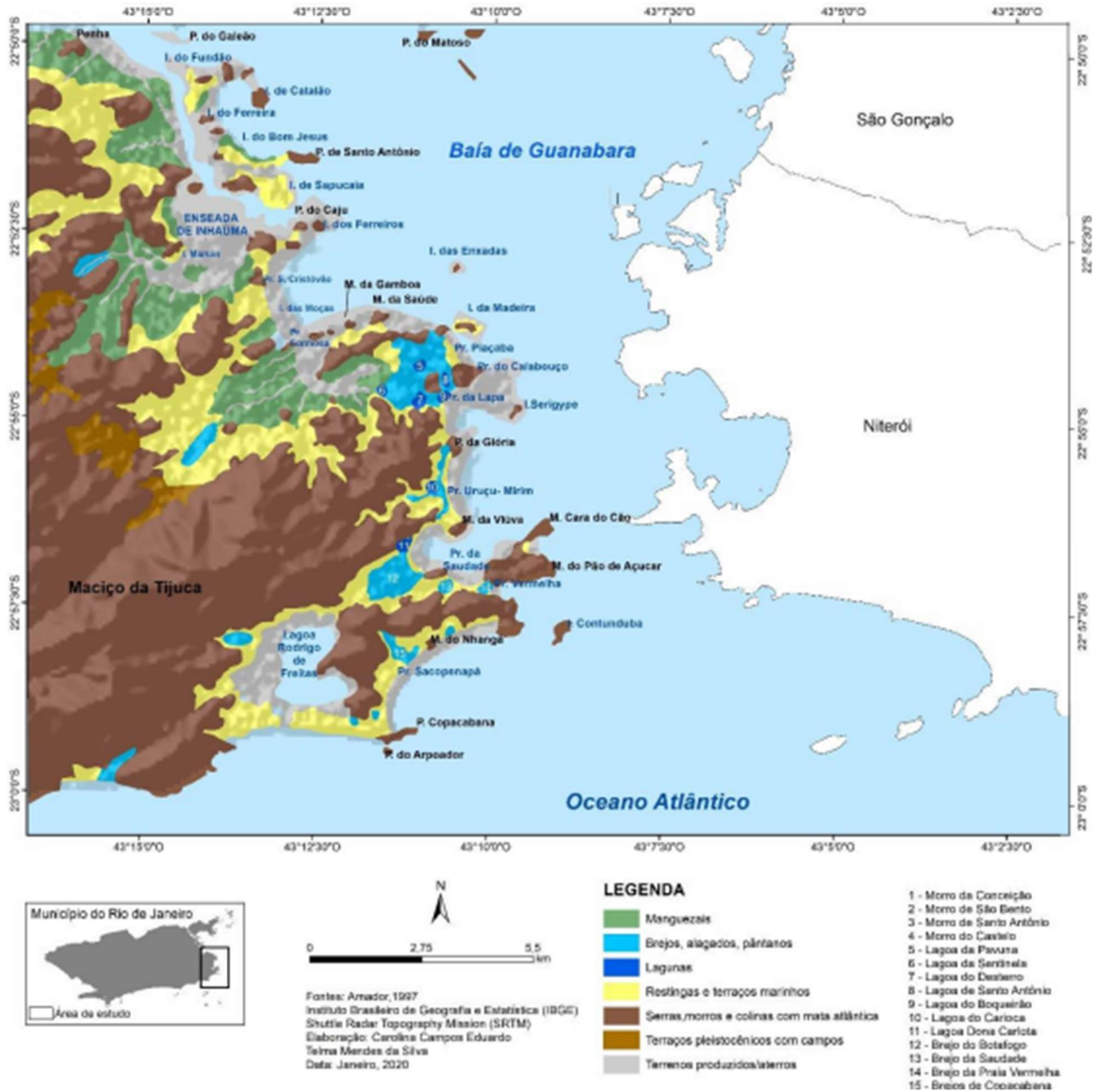
Por último, não se pode deixar de citar as sucessivas “invasões” da cidade mar adentro, que ocorreram simultaneamente às reformas mencionadas, e até mesmo, propiciaram algumas de suas realizações. Na procura por espaços para onde a cidade – limitada pelo Maciço da Tijuca, espremida contra a baía – pudesse se expandir, foram feitos diversos aterramentos na orla da Guanabara, visando a produção de novas áreas planas. O auge deste movimento em direção ao mar se deu como aterramento do litoral do Flamengo e dos atuais bairros de Gamboa e Saúde, fundamentais para construção de novas avenidas e o florescimento do cais do porto da cidade (Ilustração 8):

O aterro nestes bairros foi de grande relevância para a construção do cais do porto do Rio de Janeiro, sendo importantíssimo para o desenvolvimento econômico da cidade. Além disso, o Aterro do Flamengo teve ampla importância para o crescimento da cidade, pois permitiu a construção de uma via expressa (Avenida Beira Mar – aterrada com material proveniente das demolições e arrasamento do Morro de Santo Antônio), cujo desafio esteve em planejar o espaço como parte de um circuito que organizasse o tráfego entre a Zona Sul e o Centro sem que a área perdesse sua identidade [...] (SILVA, EDUARDO, 2020, p. 17)

O supracitado torna evidente o quão o processo de urbanização alterou a cidade, seja em sua dimensão geomorfológica, em decorrência das drenagens, aterramentos, terraplanagens – que afetaram diretamente os ecossistemas locais – seja em sua dimensão social, no que tange as crises habitacionais, as emergências sanitárias e a superpopulação urbana. Foi a partir dos fenômenos históricos decorridos ao longo deste capítulo que nasceu um Rio de Janeiro espacialmente segregado, ocupado e construído inadequadamente, alojando as populações mais pobres (segundo dados estatísticos dos anos de 2000, mais de 60% da população carioca) nos locais com maior risco de ocorrerem desastres ambientais, como alagamentos, deslizamentos e enchentes. Estes são problemas cada vez mais frequentes, resultado conjunto das ações antropomórficas sobre a natureza e de um desenho urbanístico que persiste em desumanizar a classe trabalhadora (SILVA, EDUARDO, 2020).

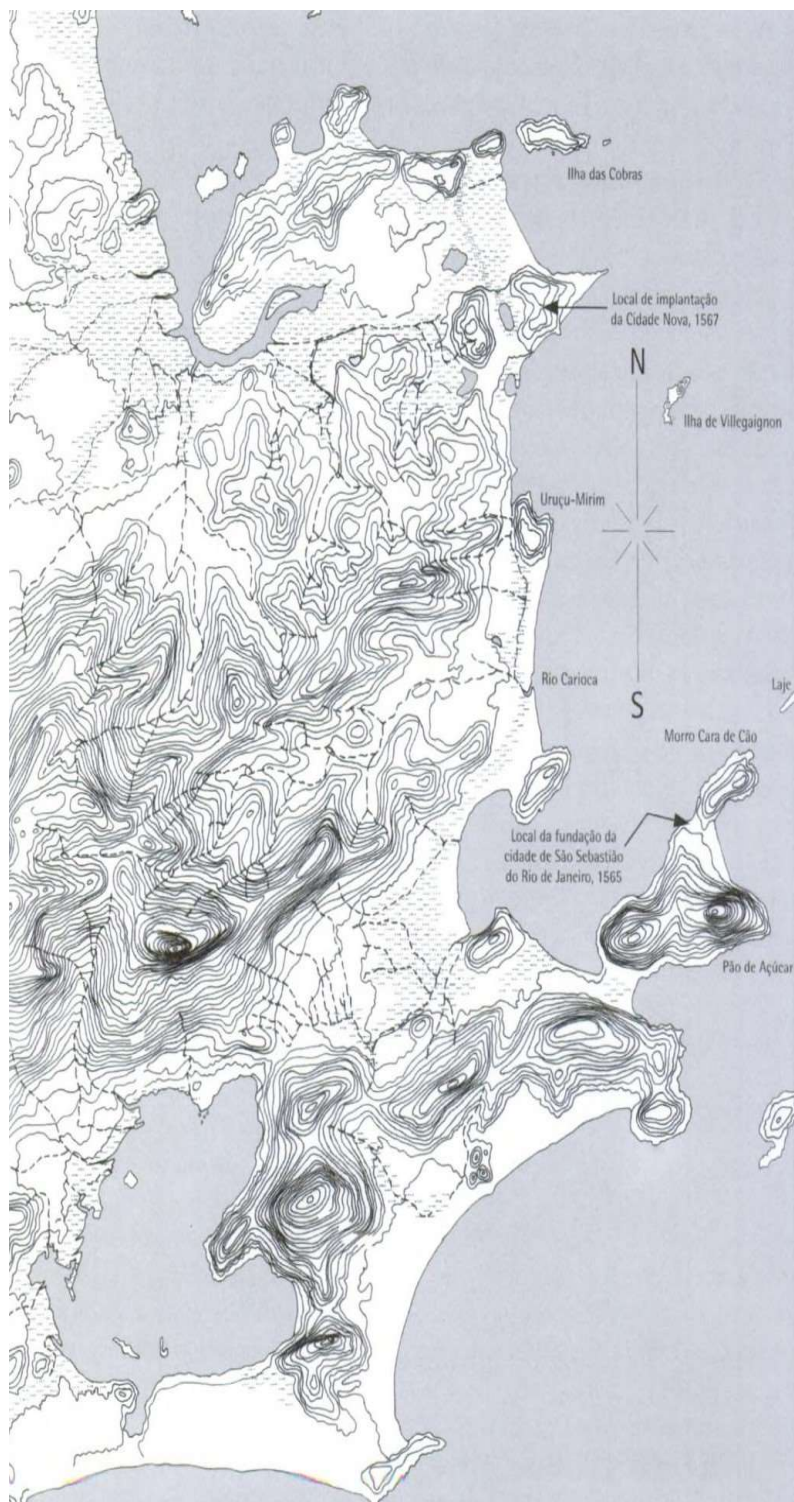
Abaixo, podem ser observados mapas (Ilustração 9; Ilustração 10; Ilustração 11; Ilustração 12) da costa do Rio de Janeiro, que sintetizam o objetivo do capítulo e o encerram, ao demonstrar a transformação (destruição) do meio ambiente e o surgimento da cidade:

Ilustração 8 – Aterros realizados em parte do Rio de Janeiro até 1997



Fonte: SILVA, EDUARDO, 2020.

Ilustração 9 – Litoral da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro em 1567



Fonte: CAVALCANTI, 2015.

Ilustração 10 – Litoral da cidade do Rio de Janeiro em 2022



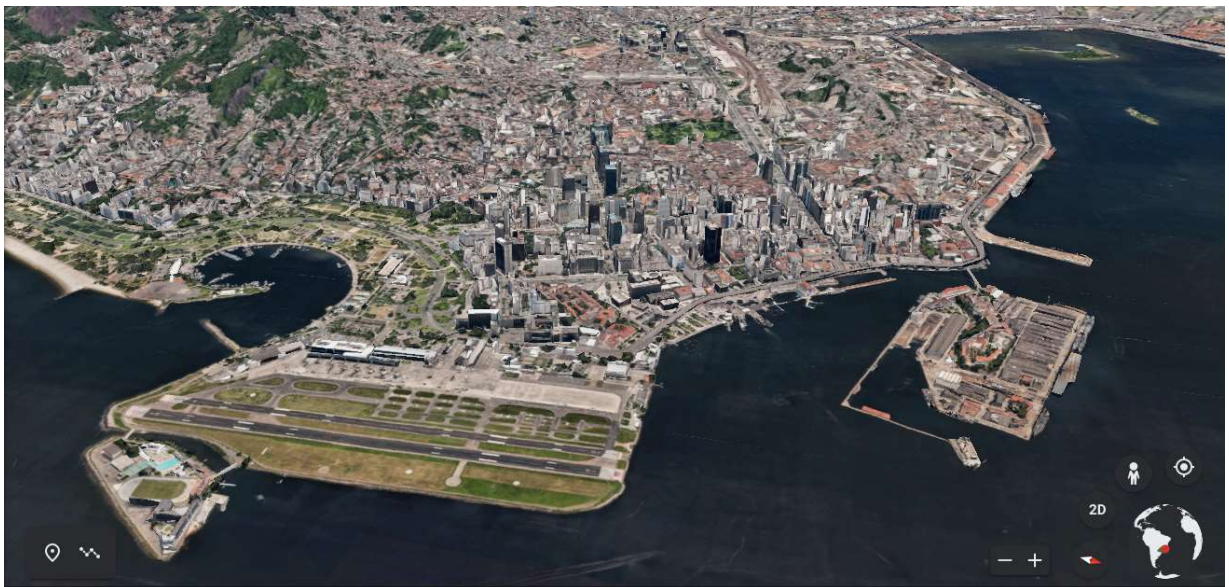
Fonte: GOOGLE MAPS, 2022.

Ilustração 11 – Região correspondente ao Centro do Rio de Janeiro antes da urbanização



Fonte: SOS GIS BR, 2011, retirado do Armazém Digital do IPP (Instituto Pereira Passos).

Ilustração 12 – Centro do Rio de Janeiro em 2022



Fonte: GOOGLE EARTH, 2022.

## 6. CAPÍTULO 3: O ESPAÇO URBANO CARIOCA NA CONTEMPORANEIDADE

Neste breve capítulo será feita uma comparação entre os bairros de Cordovil (zona norte) e da Lagoa (zona sul), escolhidos com base na divisão descrita no livro “Evolução Urbana do Rio de Janeiro”, em que o autor, Maurício de Abreu, classifica a área metropolitana do estado do Rio de Janeiro nos seguintes campos: centro, periferia imediata, periferia intermediária e periferia distante – sendo os bairros selecionados, respectivamente pertencentes a periferia imediata e ao centro.

Esta análise comparativa tem o intuito de apresentar como são ofertados os serviços públicos no centro e periferia da cidade, exemplificando, a partir dos processos históricos expostos, como o planejamento urbano, enquanto um instrumento do governo suscetível à luta de classes, permeia a organização e construção da cidade. Os bairros serão comparados com base em critérios que suscitem sua qualidade socioambiental, sendo estes, a disponibilidade de áreas públicas verdes e o acesso da população aos modais de transporte locais.

### 6.1. CORDOVIL E LAGOA

Dirigido pelo governo militar em meados da década de 60, iniciou-se um amplo processo de remoção das favelas do Estado da Guanabara<sup>8</sup>, que buscava retirar as comunidades da paisagem urbana central, principalmente da zona sul da cidade, com o objetivo de incrementar a qualidade de vida urbano-ambiental da população. Por “população”, referiam-se especificamente às classes média alta e rica da região, uma coletividade que não abrangia os moradores das favelas. Categorizados como “favelados”, estavam condicionados a uma posição de inferioridade, que os retirava o direito de viver em uma área devidamente urbanizada, com saneamento básico e acesso aos serviços públicos. Ademais, a ocupação da zona sul pela elite atraiu a atenção do mercado imobiliário, que ansiava pela remoção das favelas para tornar a região “nobre”, pretendendo construir um espaço que abarcaria somente os estratos sociais que possuíssem maior poder aquisitivo. (GOLÇALVES, AMOROSO, 2014).

---

<sup>8</sup> Em 1960, quando Brasília se tornou a nova capital do país, a cidade carioca, ao deixar de ser um Distrito Federal, passou a ocupar a posição de Estado, o que perdurou somente até 1975, quando a Guanabara foi reintegrada ao Estado do Rio de Janeiro (*site MultiRio – a mídia educativa da cidade*).

Deste modo, os indivíduos que viviam nas favelas da zona sul eram percebidos como um duplo inconveniente: primeiramente, porque eram um “incomodo” à expansão da zona sul pela classe dominante, que os via enquanto um “impedimento para o desenvolvimento da infraestrutura local”; amais, o mercado imobiliário precisava de uma população que fosse capaz de comprar/alugar as habitações que seriam edificadas, o que não era o caso dos moradores das favelas. É neste contexto político-econômico de atrito de interesses entre grupos periféricos e a classe dominante, que as favelas do entorno da Lagoa Rodrigo de Freitas são derrubadas:

[...] Formatada após 1962, durante a administração estadual da Guanabara de Carlos Lacerda (1960-1965), a política de remoções foi federalizada pelos militares após 1964. Além de ser um dos diversos elementos da sólida estrutura que formaram a política habitacional, um dos principais pilares da política econômica do período, deixou o seguinte saldo: eliminação de históricas favelas do valorizado metro quadrado da zona sul carioca, mais visivelmente nos bairros do Leblon e da Lagoa, contribuindo consideravelmente para a construção de um espaço urbano segregado e prejudicando um grande contingente populacional a ter acesso a serviços diversos e oportunidades de emprego. (GOLÇALVES, AMOROSO, 2014, p. 2010)

O ápice das tensões produzidas pela aplicação das políticas de remoção, foi em 1969, quando a Praia do Pinto, maior favela das redondezas da Lagoa Rodrigo de Freitas – com aproximadamente 15.000 habitantes – sofreu um incêndio, deixando mais de 9.000 pessoas desabrigadas. O que tornou o caso memorável não foi em si o ocorrido, mas o fato do governo já vir, antes do desastre, pressionando os moradores da localidade a se retirarem, os quais resistiam à ação autoritária do Estado. O incêndio, embora apontado pela mídia na época enquanto “acidental”, viabilizou o processo de remoção da comunidade que o regime ditatorial já se propunha a realizar. Assim, há hipóteses que sugerem que o incêndio teria sido criminal, ordenado pelo governo militar para acelerar a erradicação da favela (SILVA, [20--]).

A destruição da Praia do Pinto não apenas se desdobrou no desabrigo de milhares de pessoas, mas, principalmente, em um “alerta” às demais favelas da região. Embora não houvesse evidências que comprovassem a criminalidade do incêndio, o episódio representou o prelúdio da extinção das outras comunidades do entorno – a Ilha das Dragas e a Catacumba. Os moradores desabrigados da Praia do Pinto foram enviados para Cidade de Deus, Fundação Leão XIII, o conjunto Cruzada São Sebastião e o conjunto habitacional da Cidade Alta, localizado em Cordovil (SILVA, [20--]).

Enquanto o bairro da Lagoa foi se tornando uma região cada vez mais valorizada, conjugando beleza e qualidade socioambiental, Cordovil, a partir da década de 70, passou a

atravessar declínios sociais sucessivos, os quais se estendem até a atualidade. Isso não significa que a baixa qualidade de vida de um bairro esteja atrelada a população que o habita, ao contrário, o caso de Cordovil constata como a presença do Estado é um determinante fundamental para constituição de um espaço que atenda as demandas populacionais.

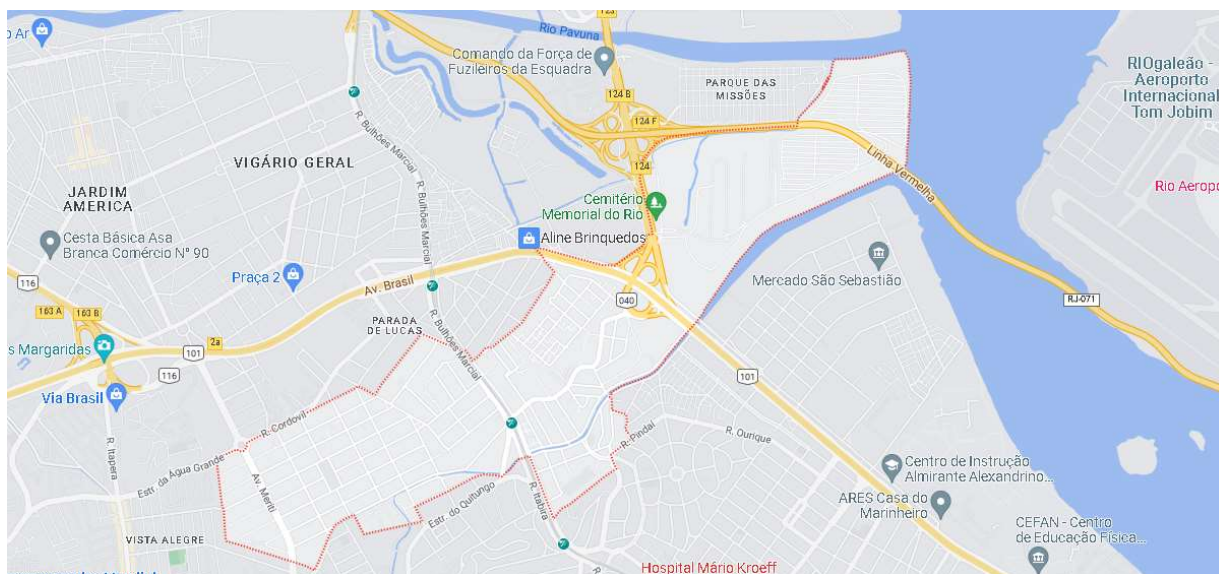
A remoção dos moradores da Praia do Pinto para Cordovil, não findava alojar a população presente na favela em um espaço que os assegurasse uma vida melhor, mas sim, “despejar” as multidões indesejadas em um local suficientemente distante do centro, de modo que a periferia deixasse de “invadi-lo”:

[...] Nessa última vivem os pobres, aqueles que não conseguem se inserir nos mercados de trabalho e moradia, mas que, necessitando instalar-se na cidade, sujeitam-se às condições informais das áreas urbanas onde o poder público perdeu controle sobre seu território e que estão dominadas pelas redes criminosas que ali instalam verdadeiras “micronações” com regras e leis não escritas, mas observadas pela força das armas. (SANTOS, MOTTA, 2003, p. 19)

Com base nos critérios citados no início do capítulo, são perceptíveis as nuances da oferta de serviços públicos para os bairros de Cordovil (Ilustração 13) e da Lagoa (Ilustração 14). No caso de Cordovil, não são observáveis nenhuma área verde pública, muito embora haja algumas pequenas praças isoladas em pontos específicos do bairro – pouco cuidadas ou arborizadas – contrastando totalmente com a forte presença de espaços livres para realização de caminhadas e vias de ciclismo que contornam toda Lagoa Rodrigo de Freitas. O bairro da Lagoa, conta ainda com a existência de áreas de proteção ambiental e parques públicos, que estimulam o turismo e promovem eventos culturais na região.

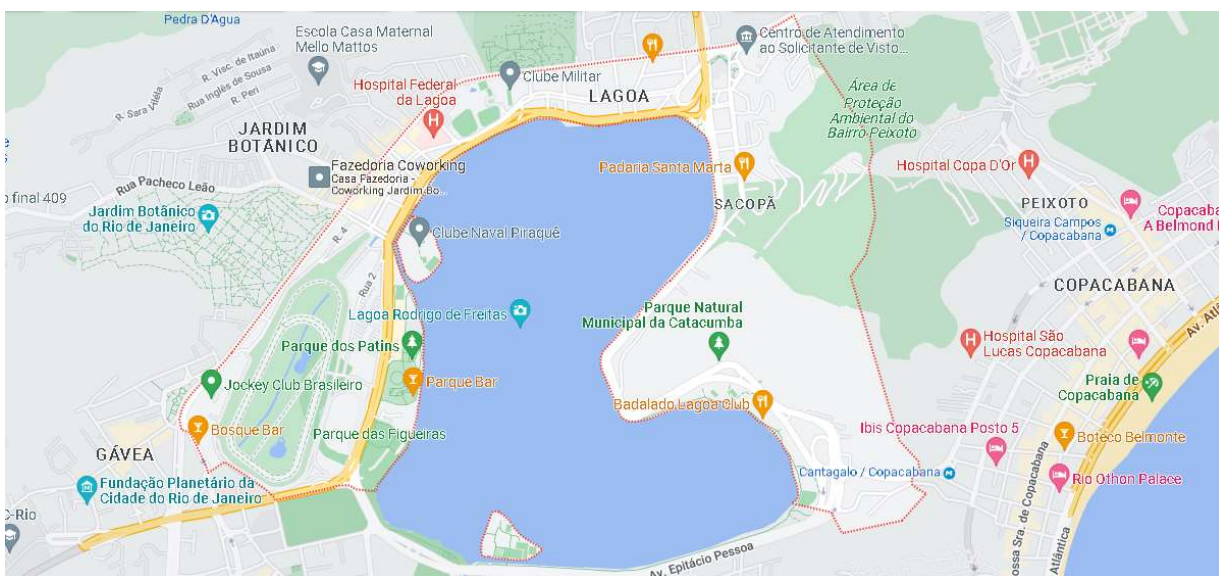
Como um bairro da zona norte que se constitui, assim, como a maioria da periferia imediata (subúrbios mais antigos da cidade), em torno de uma estação de trem (que inclusive deu nome ao bairro), Cordovil tem as linhas férreas como principal meio transporte da região, servindo como um modal de locomoção e uma fronteira que subdivide o território. Embora rápidos, os trens que compõe o ramal Gramacho (linha de trens em que a estação de Cordovil está inserida) vêm passando por um insistente processo de sucateamento, estimulando a população local a adotar o ônibus como meio de transporte complementar, contribuindo para a superlotação dos transportes públicos. A passagem de trem, atualmente, está em 5,00 R\$, contudo, no início deste ano, a Supervia (iniciativa privada que gerência e oferta os trens no Rio de Janeiro) anunciou a possibilidade de aumentar a passagem para 7,00 R\$, prometendo melhoras na qualidade dos serviços – que até então não foram observadas (Abreu, 2013; G1 RIO, 2022).

Ilustração 13 – Limites do bairro de Cordovil



Fonte: GOOGLE MAPS, 2022.

Ilustração 14 – Limites do bairro da Lagoa

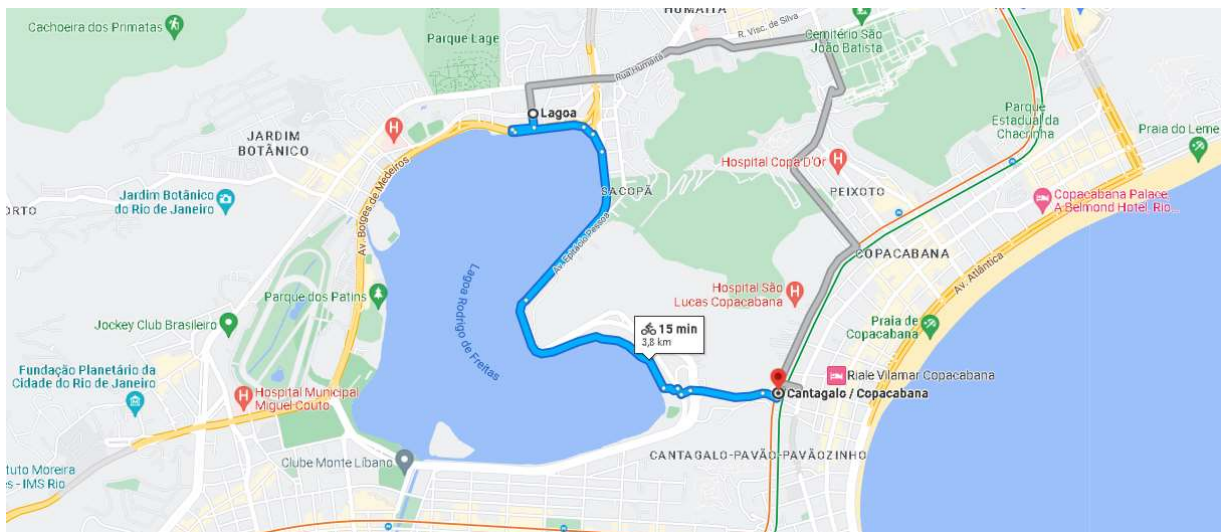


Fonte: GOOGLE MAPS, 2022

Destoante do bairro de Cordovil, há na Lagoa ciclovias que dão fácil acesso às estações de metrô – cuja infraestrutura e eficiência se mantém preservadas – localizadas nos bairros vizinhos, como: a estação de Copacabana/Cantagalo (Ilustração 15), a estação de Ipanema/Nossa Senhora da Paz (Ilustração 16), e a estação do Leblon/Jardim de Alah (Ilustração 17). Fora as vias de

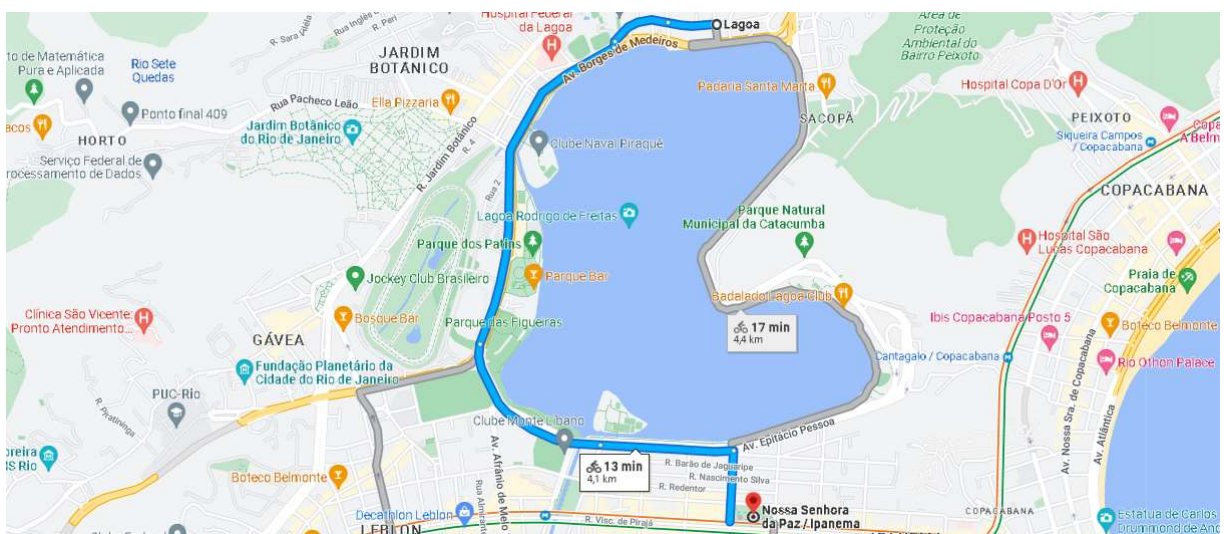
ciclismo e a proximidade do metrô, o bairro conta com a presença de ruas e avenidas arborizadas, largas, com devida sinalização e calçamento, garantindo a circulação fluida de carros, ônibus, pedestres e ciclistas, sendo este um modelo comum a outros bairros da zona sul, como Ipanema e Lebon.

Ilustração 15 – Caminho de bicicleta da Lagoa até a estação de Copacabana/Cantagalo



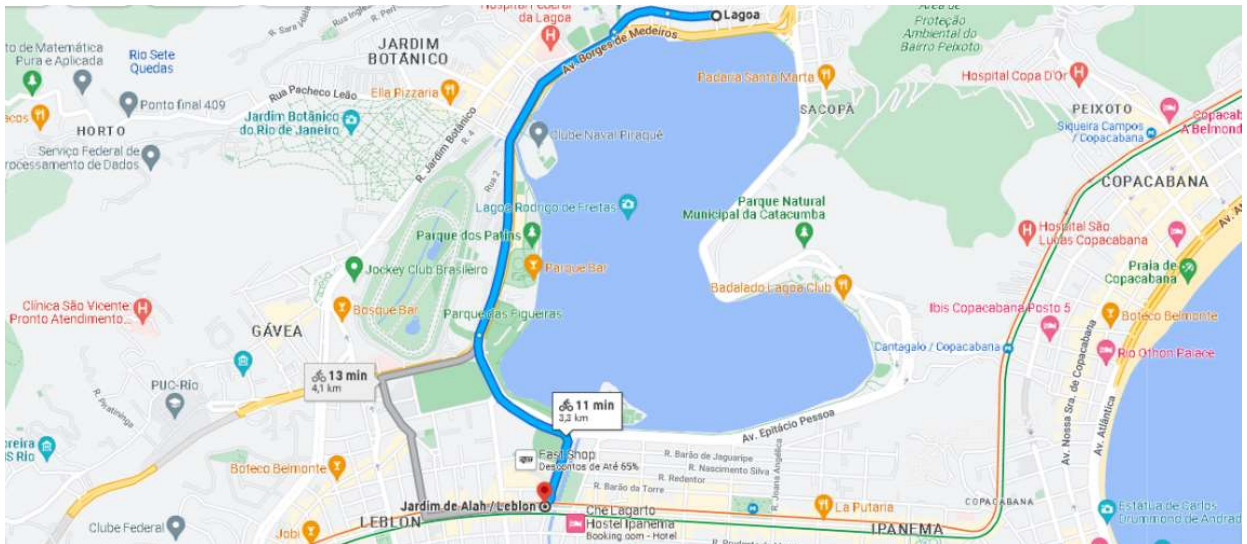
Fonte: GOOGLE MAPS, 2022

Ilustração 16 – Caminho de Bicicleta da Lagoa até a estação de Ipanema/Nossa Senhora da Paz



Fonte: GOOGLE MAPS, 2022

Ilustração 17 – Caminho de Bicicleta da Lagoa até a estação do Leblon/Jardim de Alah



Fonte: GOOGLE MAPS, 2022

Apesar de Cordovil também possuir rua largas asfaltadas, que desembocam em pistas importantes, como a Avenida Brasil, muitas são bloqueadas por barreiras construídas/colocadas pelos próprios grupos de narcotráfico que dominam a região – os moradores deste território, são, pois, uma população desabastecida pela negligência estatal e subalternizada pelo crime organizado, que por sua vez, consolida-se pela falta do primeiro.

A forma como Cordovil e a Lagoa foram pensados e organizados, demonstra com nitidez como o planejamento urbano é um instrumento cujo uso e direcionamento são frutos da luta de classes. Nesta disputa, as classes hegemônicas costumam exercer maior influência sobre a atuação governamental, o que culmina em uma cidade desenhada exclusivamente para elite. Pensou-se ser possível excluir a pobreza do centro da cidade, mantendo-a em áreas marginais, de modo que o espaço urbano central pudesse se “desenvolver”. Contudo, os grupos periféricos representam a maioria absoluta da população, sem a qual a cidade simplesmente não pode funcionar. Conseqüentemente, precisam gradativamente mais de espaço, o que produz um processo de expansão da periferia, que ocorre junto ao crescimento dos problemas socioambientais urbanos – enquanto estes não atingirem o centro, continuarão a ser ignorados.

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando o ser-humano se distinguiu da natureza e colocou-se em posição de superioridade, compreendeu que poderia utilizar o mundo natural ao seu bel querer, reduzindo-o a uma fonte, supostamente, interminável de recursos, sem ponderar as consequências que isto traria a si próprio. Os processos históricos que ressignificaram a natureza, desconsideraram-na como um meio fundamental para própria existência humana, cristalizando uma narrativa que viabilizou a exploração incessante da terra e do ser humano por ele mesmo. Desta forma, vem-se ameaçando não apenas o meio ambiente global, no que diz respeito ao conjunto de elementos que tornam possível a manutenção existencial de outras formas de vida, mas o meio ambiente específico do ser humano, de forma que o próprio vem produzindo as condições de sua extinção.

Valendo-se dessa ideologia que minimiza tudo e todos à qualidade de objeto, o capitalismo vai se instaurar, atribuindo aos objetos valor de troca, formando um ambiente socialmente dividido pelo trabalho, onde a população não tem outro meio de se reproduzir existencialmente se não através da troca de mercadorias. O espaço passa a refletir a segregação imposta pelo sistema: o capital gera centros e periferias, que interdependem um dos outros, mas a qualidade de vida é garantida apenas para um grupo, enquanto o outro é condicionado a uma subvida às margens do núcleo – a esta configuração socioespacial, atribuiu-se o nome de cidade capitalista.

Quando as periferias formadas não podem mais ser contidas pelas fronteiras de um Estado, ocorre a extrapolação da mencionada divisão social do trabalho, que é remodelada na divisão internacional do trabalho, expressa através de práticas coloniais e imperialistas, que “exportam” as periferias para o mundo. É neste contexto de expansão e consolidação capitalista que ocorre a dominação do Brasil por Portugal, que vai imprimir no seu modo de conquistar e ocupar o espaço, características duais do feudalismo e capitalismo, reforçando que este último ainda não era um sistema socioeconômico consistente.

Assim, a cidade do Rio de Janeiro vai ser formada de acordo com as exigências comerciais da coroa portuguesa, ignorando os fatores ambientais do local onde se instalou, o que proporcionou e ainda proporciona, graves problemas urbano-ambientais, como enchentes, alagamentos e deslizamentos. É só a partir de 1808, com a chegada da família imperial no Brasil, que a cidade vai realmente assumir características capitalistas, deixando de ser (enquanto um

território brasileiro) apenas periferia do capitalismo central europeu, para formar suas próprias áreas centrais e periféricas.

Seguindo este modelo, as reformas urbanas que viriam a ser feitas na cidade nas décadas e séculos seguintes, passariam a atender exclusivamente os interesses das classes dominantes, fazendo com que as cidades fossem planejadas sem a “pobreza”, tal como se esta fosse inexistente ou, por outro ponto de vista, igualmente elitista, a razão e origem dos problemas que permeiam o espaço urbano. Esse processo de exclusão e segregação vai estimular a ocupação indevida de locais propícios a desastres ambientais, como encostas de morros, mangues e áreas de várzea de corpos hídricos, aumentando a vulnerabilidade das populações que tem como única opção de moradia as periferias da cidade.

Esta relação de expulsão das populações carentes para promoção do desenvolvimento urbano, pode ser observada na história que conecta os bairros da Lagoa e de Cordovil. Ao invés de urbanizarem as favelas que estavam no entorno da Lagoa Rodrigo de Freitas, levando a estas, boas condições de habitação, saneamento básico, acesso a serviços de transporte público, parques e praças abertas, arborizadas, foram arbitrariamente destruídas e suas populações, levadas para regiões distantes, longes das oportunidades empregos. Um destes lugares, onde estas pessoas foram “despejadas”, foi o conjunto habitacional da Cidade Alta, em Cordovil, que após receber os grupos oriundos das favelas da zona sul, deixou de receber investimentos do Estado – a região cumprira seu papel – diferentemente da Lagoa, que hoje é considerada um dos bairros mais prósperos da cidade do Rio de Janeiro, possuidora, também, do IPTU mais alto da cidade, portanto, um solo extremamente valorizado.

Vendo como, por quem e para quem as cidades foram formatadas, o presente trabalho sugere uma revisão da forma que o planejamento urbano, instrumento de ordem pública-municipal, foi empregado ao longo da história carioca. Propõe-se, como no próprio Estatuto das Cidades, estabelecer um modelo participativo de desenho das cidades, em que os seus diretores a reproduzam de acordo com as demandas da população cidadina como um todo, pensando, conjuntamente, em formas de se descentralizar a oferta de serviços públicos.

É evidente que este é um instrumento limitado, uma vez que seu emprego é fruto da luta de classes, e portanto não pode ser romantizado, apontado como a solução definitiva dos problemas socioambientais de uma cidade. Todavia, adequar a configuração do urbano às

necessidades coletivas, pode desenvolver não só os aspectos sociais da cidade, como também econômicos.

Como é proposto pelo Novo Urbanismo, deve-se buscar a reconfiguração do espaço urbano, de modo que: a expansão excessiva das cidades seja controlada e os espaços mais afastados do centro tornem-se independentes, evitando a hierarquização entre centro e periferia; aproxime-se, o máximo possível, as residências dos locais de trabalho, lazer e educação, incentivando a substituição dos meios de transporte convencionais pela caminhada; invista-se em políticas públicas de preservação ambiental e adequação do espaço construído à características geoclimáticas, aumentando a saúde e segurança da população urbana (MOREIRA, 2021).

Talvez atingir as metas supracitadas não seja possível enquanto a humanidade viver confinada às regras, modelos produtivos e econômicos do capitalismo. É por isso que, por meio desta pesquisa, pretendeu-se evidenciar como este arquétipo de sociedade é danoso à vida de modo geral, mostrando, em contrapartida, que há outras formas possíveis de se viver em coletividade, de modo que a manutenção da vida, em todas as suas formas, seja priorizada.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Maurício. **Evolução urbana do Rio de Janeiro**. 4. Ed. Rio de Janeiro: Instituto Pereira Passos (IPP), 2013.

AGÊNCIA SENADO. **Protocolo de Kyoto**. [20--]. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/entenda-o-assunto/protocolo-de-kyoto>>. Acesso em: 28 de set. de 2022.

ASSIS, Wendell Ficher Teixeira. **Do colonialismo à colonialidade**: expropriação territorial na periferia do capitalismo. **CADERNO CRH**, Salvador, v. 27, n. 72, p. 613-627, set/dez. 2014.

BARROS, Evandro Vieira de. **A matriz energética mundial e a competitividade das nações**: bases de uma nova geopolítica. **Revista ENGEVISTA**, v. 9, n. 1, p. 47-56, 2007. Disponível em: <<https://doi.org/10.22409/engevista.v9i1.183>>. Acesso em: 10 de nov. de 2022.

BENATTI, José Heder. **Várzea e as populações tradicionais**: a tentativa de implementar políticas públicas em uma região ecologicamente instável. *In*: ALVES, Fábio (org.). **A função socioambiental do patrimônio da União na Amazônia**. Brasília: Ipea, 2016.

BRANCO, Bernardo Castelo. **Arquitetura indígena brasileira**: da descoberta aos dias atuais. *Revista de Arqueologia*. São Paulo, v. 7, p. 69-85, 1993.

BRASIL. **Lei nº 6.938 de 31 de agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. 1981. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6938.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm)>. Acesso em: 4 de set. de 2022.

\_\_\_\_\_. **Estatuto da Cidade**. 3. ed. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2008.

BRESCIANI, Maria Stella M.. **Londres e Paris no século XIX**: O espetáculo da pobreza. 7. ed. Editora Brasiliense: São Paulo, 1992.

CATANI, Afrânio Mendes. **O que é Capitalismo**. 18. ed. São Paulo, SP: Brasiliense, 1985.

CAVALCANTI, Nireu. **O Rio de Janeiro Setecentista**: A vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da Corte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda., 2015.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**: A vida política. São Paulo: Ática, 2000.

DUARTE, Fábio. **Planejamento Urbano**. Curitiba: Ibepex, 2009.

DULLEY, Richard Domingues. **Noção de natureza, ambiente, meio ambiente, recursos ambientais e recursos naturais**. *Revista Agric.*, São Paulo (SP), v. 51, n. 2, p. 15-26, jul/dez. 2004.

FERREIRA, Anderson Saccol (org.). **Introdução ao planejamento urbano**. Xanxerê, SC: UNOESC, 2019.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Dicionário Aurélio de língua portuguesa. Coordenação de Mariana Baird Ferreira, Margarida dos Anjos. 5. ed. Curitiba: Positivo, 2010.

G1 RIO. **Aumento de passagem de trens do RJ para até R\$ 7 é homologado**: Nova tarifa entra em vigor no dia de 2 de fev. G1, 4 de jan. de 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2022/01/04/aumento-de-passagem-de-trens-do-rj-para-r-7-e-homologado-para-a-partir-de-2-de-fevereiro-diz-supervia.ghtml>>. Acesso em: 24 de nov. de 2022.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Tradução de Sergio Faraco. Porto Alegre, RS: L&PM, 2012.

GONÇALVES, Rafael Soares; AMOROSO, Mauro. **Golpe militar e remoções das favelas cariocas**: revisitando um passado ainda atual. *Acervo*, v. 27, n. 1, p. 209–226, 2014. Disponível em: <<http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/468>>. Acesso em: 22 de nov. de 2022.

GURSKI, Bruno; GONZAGA, Roberto; TENDOLINI, Patricia. **Conferência de Estocolmo**: um marco na questão ambiental. *Administração de Empresas em Revista*, v. 1, n. 7, p. 65-79, 2012.

GÜNZEL, Rafaela Engers, GÜLLICH, Roque Ismael da Costa (org.). **Aprendendo ciências: ensino e extensão**: Bagé (RS): Faith, 2018.

IGNACIO, Julia. **ECO-92**: o que foi a conferência e quais foram seus principais resultados? Politize!, 23 de novembro de 2020. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/eco-92/>>. Acesso em 28 de set. de 2022.

KOWARICK, Lúcio. **Cortiços**: a humilhação e a subalternidade. *Tempo Social*, v. 25, p. 49-77, 2013. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-20702013000200004>>. Acesso em: 19 de dez. de 2022.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LIMA, Gustavo da Costa. **Questão ambiental e educação**: contribuições para o debate. *Revista Ambiente e Sociedade (ANPPAS)*, Campinas (SP), n. 5, p. 135-153, 1999. Disponível em <<https://doi.org/10.1590/S1414-753X1999000200010>>. Acesso em 19 de set. de 2022.

MARINHO, Havana Alicia de Moraes Pimentel. **Estados Unidos**: o contexto dos anos 1970 e as crises do petróleo. *Revista Eletrônica História em Reflexão*, v. 4, n. 7, p. 1-10, 2010. Disponível em: <<https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/view/753>>. Acesso em: 19 de set. de 2022.

MARX, Karl. **Do Capital**. Tradução de José Arthur Giannotti e Edgar Malagodi. São Paulo, SP: Nova Cultural Ltda., 1996.

\_\_\_\_\_. **O capital**: Crítica da Economia Política. Tradução de Rubens Enderle. 2. ed.: Boitempo Editorial, 2011.

MENDONÇA, Leticia Mello. **A ressignificação do meio ambiente**: um relato sobre o curso de extensão “Meio Ambiente e Geopolítica do Desenvolvimento Sustentável”. **Revista Continentes (UFRRJ)**, Rio de Janeiro, ano 8, n. 14, p. 253-271, 2019.

MOREIRA, Susanna. **O que é o Novo Urbanismo?** Arch Daily, 24 de jan. de 2021. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/955574/o-que-e-o-novo-urbanismo>>. Acesso em: 24 de nov. de 2022.

MULTIRIO – a mídia educativa da cidade. **Do estado da Guanabara ao estado do Rio de Janeiro**: a fusão. Disponível em: <<https://multirio.rio.rj.gov.br/index.php/historia-do-brasil/rio-de-janeiro/3365-a-fusao-do-estado-da-guanabara-ao-estado-do-rio-de-janeiro>>. Acesso em: 20 de out. de 2022.

OLIVEIRA, Marcus Henrique de C.. **Petróleo: O Próximo Fim**. **Revista da Escola Superior de Guerra**, n. 26, p. 35-48, 1993. Disponível em: <<https://doi.org/10.47240/revistadaesg.v0i26>>. Acesso em: 10 de nov. de 2022.

OPERA MUNDI. **Raquel Rolnik**: o futuro das cidades - 20 Minutos Entrevista. YouTube, 11 de mar. de 2022. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=RKYNH5UmKXs>>. Acesso em: 15 de abr. de 2022.

OXFAM. **Our history**. Oxfam International, 2022 c. Disponível em: <<https://www.oxfam.org/en/our-history>>. Acesso em 24 de nov. de 2022.

PASSOS, Priscilla Nogueira Calmon de. **A Conferência de Estocolmo como ponto de partida para a proteção internacional do meio ambiente**. **Revista Direitos Fundamentais & Democracia**, v. 6, p. 1-25, 2009. Recuperado de <<https://revistaeletronicardfd.unibrasil.com.br/index.php/rdfd/article/view/18>>. Acesso em: 15 de set. De 2022.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder y clasificación social. *In*: QUIJANO, Aníbal. **Questiones y horizontes**: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder. Buenos Aires: CLASCO, 2014. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20140506032333/eje1-7.pd>>. Acesso em: 01 de out. de 2022.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

SANTOS, Angela Moulin Simões Penalva; MOTTA, Marly Silva da. **O “bota-abaixo” revisitado**: o Executivo municipal e as reformas urbanas no Rio de Janeiro (1903-2003).

Laboratório de Políticas Públicas/Fórum Rio de Janeiro/UERJ: **Revista Rio de Janeiro**, n. 10, p. 5-40, maio/ago. 2003.

SANTOS, Soraia Costa dos; COSTA, Silvia Kimo. **Arquitetura vernacular ou popular brasileira: conceitos, aspectos construtivos e identidade cultural local. Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**, v. 24, n. 35, p. 218-258, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.5752/P.2316-1752.2017v24n35p218>>. Acesso em: 27 de out. de 2022.

SCHLEE, Mônica Bahia; CAVALCANTI, Nireu Oliveira; TAMMINGA, Kenneth. **As transformações da paisagem na bacia do rio Carioca. Paisagem e Ambiente**, n. 24, p. 267-284, 2007. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/paam/article/view/86346>>. Acesso em: 26 de out. de 2022.

SILVA, Alzira M.; MACHADO, André R. A.; GONÇALVES, Benjamim S.; SGARDOY, Walter. **Brasil 500 anos: 1831-1851**. São Paulo, SP: Nova Cultural Ltda., 1999.

SILVA, Lucia Sousa; TRAVASSOS, Luciana. **Problemas ambientais urbanos: desafios para a elaboração de políticas públicas integradas. Cadernos Metrôpole**, n. 19, p. 27-47, 2008. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/metropole/article/view/8708>>. Acesso em: 29 de ago. de 2022.

SILVA, Telma Mendes da; EDUARDO, Carolina Campos. **Transformações geomorfológicas na cidade do rio de janeiro durante os século XIX e XX. Geo UERJ**, Rio de Janeiro, n. 37, p. 1-20, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.12957/geouerj.2020.48492>>. Acesso em: 19 de nov. de 2022.

SILVA, Thiago (colab.). **Incêndio e remoção da favela Praia do Pinto**. Cronologia do Pensamento Urbanístico, [20--]. Disponível em: <<http://www.cronologiadourbanismo.ufba.br/apresentacao.php?idVerbete=1530>>. Acesso em: 22 de nov. de 2022.

TONIAL, Felipe Augusto Leques; MAHEIRIE Kátia; JUNIOR, Carlos Alberto Severo Garcia. **A resistência à colonialidade: definições e fronteiras. Revista de Psicologia da UNESP**, v. 16, n. 1, p. 18-26, 2017.

VALLADARES, Licia. **A gênese da favela carioca: A produção anterior às ciências sociais. Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 15, n. 44, p. 5-34, out. de 2000. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-6909200000300001>>. Acesso em: 16 de nov. de 2022.

VIDEOSAÚDE DISTRIBUIDORA DA FIOCRUZ. **III Seminário do IX Congresso Interno da Fiocruz**. YouTube, 20 de out. de 2021. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=64ABQQ\\_F9IE](https://www.youtube.com/watch?v=64ABQQ_F9IE)>. Acesso em 28 de fevereiro de 2022.

VIEIRA, Joao Pedro Bazzo, TAVARES, Matheus Henrique. **Acordo de Paris: o que é? Politize!**, 27 de janeiro de 2021. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/acordo-de-paris/>>. Acesso em: 28 de set. de 2022.

WEIMER, Günter. **Evolução da Arquitetura Indígena**. Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 2014.